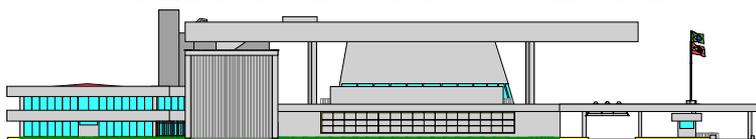


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 27 DE OUTUBRO DE 2011

NÚMERO 6.348

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherm

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherm - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

Dado Cherm
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherm
Angela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherm

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherm

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2348 EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 094ª Sessão Ordinária realizada em 19/10/2011 2 Ata da 033ª Sessão Extraordinária realizada em 19/10/2011 11</p> <p>Atos da Mesa Ata da Mesa DL 13</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.. 14 Aviso de Licitação 14 Aviso de Resultado 14 Ofícios 14 Portarias 15 Projetos de Lei 16 Resolução 21</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda o problema da segurança no município de Camboriú.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se ao PAC 2 da Habitação.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Posiciona-se a respeito da segurança pública.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Tece comentários a respeito da piscicultura.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se sobre a decisão de se montar no Congresso Nacional um reestudo a respeito do Código Penal Brasileiro.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta-se a respeito dos investimentos federais na habitação.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Parabeniza o governo federal pelos investimentos na habitação e saneamento.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Solidariza-se com o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se à Saúde do município de Florianópolis; aborda o caso Celesc; registra obras em Canoinhas.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Defende o Parlamento catarinense e seus funcionários.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Esclarece que a maioria dos deputados paga INSS.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Defende o Parlamento catarinense, seus funcionários e deputados.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, catarinenses que estão aqui e colegas de imprensa.

Quero trazer, sr. presidente, um assunto muito interessante que está acontecendo em Camboriú, que trata do alto índice de homicídio naquele município, onde a segurança está muito complicada, e não é de agora, é um procedimento que já vem acontecendo há algum tempo.

Até tivemos, no mandato anterior, nesta Casa, na Comissão de Segurança Pública, a presença de vereadores que vieram aqui no sentido de cobrar uma ação do governo sobre a questão da segurança pública em relação a assassinatos que estavam ocorrendo naquele município e que resultou na prisão do ex-prefeito da cidade de Camboriú.

E ontem, recebi no meu gabinete, e sei que todos os deputados também receberam, as lideranças, o vereador Marcio Aquiles da Silva (Kido), presidente da Câmara de Vereadores de Camboriú, trazendo-nos o Ofício n. 311/2011, que trata de algumas coisas assinadas por todos os vereadores da cidade de Camboriú, deputado Ismael dos Santos.

Esse documento foi assinado pelo presidente da Câmara, pelos vereadores do PSDB, Osvandir Cordeiros, Amilton Bianchet (Mito), pela vereadora Jane Stefenn, pelo vereador, do PSB, José Rodrigues Pereira (Zé Branco), pela vereadora Alcione Teixeira, do PSD, pelo Eduardo Melo Rebelo, do PMDB, e pelo Henrique Bertoldi, do PP. E cobra uma reunião que eles tiveram com o secretário da Segurança Pública, o eminente senhor César Augusto Grubba, por conta do processo que eles estão pedindo, que seria a instalação de câmeras de vigilância eletrônica em Camboriú.

Nessa reunião que eles tiveram com o secretário César Augusto Grubba, houve a garantia que seriam colocadas à disposição as câmeras, ou seja, aqui fala da base operacional, mas as câmeras seriam colocadas à disposição, câmera de monitoramento eletrônico, por conta de o município já ter registrado, neste ano, em outubro, 27 homicídios.

A surpresa dos vereadores é que Camboriú não entrou na lista de municípios que receberam ou vão receber as câmeras de monitoramento eletrônico. E eles vieram aqui exatamente para colocar a necessidade. Já são 27 homicídios num ano, até agora, deputado Elizeu Mattos, na cidade de Camboriú, que tem 30 mil habitantes. É muita coisa, é muito alto. E isso já justifica por si a necessidade de se ter um cuidado especial. Se não tem mais policiais para colocar lá, estrutura humana, vamos usar essa tecnologia na qual o estado está investindo, que é o monitoramento eletrônico.

A informação que os vereadores tiveram em Camboriú foi que as câmeras foram disponibilizadas a partir de um pedido da prefeitura. Parece que eles quiseram dizer com isso que Camboriú não foi atendida porque a prefeitura não fez o pedido. Mas a prefeitura pediu a câmera! A prefeita Luzia Lourdes Coppi Mathias está extremamente preocupada, porque um dos bairros que mais têm complicadores de índices de homicídios altos é Monte Alegre, e todos estão preocupados.

Além de fazer essa reivindicação de ser incluída, ainda, junto com essas cidades que vão receber as câmeras de monitoramento, eles receberam, na época dessa reunião, em junho, a garantia do secretário César Grubba de que a cidade de Camboriú será beneficiada com uma base operacional da Polícia, que terá uma estrutura de duas viaturas, duas motos e ainda dez câmeras de monitoramento.

Os moradores de Camboriú estão precisando saber onde estão essas promessas que foram colocadas para a comunidade de Camboriú na reunião feita com o secretário César Grubba!

Estou aqui sendo não somente o porta-voz, mas também colocando o meu empenho na cobrança da secretaria da Segurança Pública nesse quesito que é a questão de segurança pública na cidade de Camboriú, onde, hoje, existem altos índices de homicídios. Até agora ocorreram 27 homicídios

na cidade de Camboriú, e é preciso que a estrutura da secretaria da Segurança Pública possa ter, na verdade, um carinho especial e ver números, porque não é possível que um alto índice de homicídios dependa do pedido de alguém ou da forcinha de alguém. Daí complica!

Estamos sabendo que as coisas estão ficando mais profissionais, dentro de estatística, porque o cobertor é curto e não dá para tapar todo mundo. Então, tem que ser colocado onde realmente há necessidade. Mas essas cidades onde há altos índices de homicídios precisam, sim, ter um papel mais importante.

Veja bem: o dr. Renato Hendges, na época, foi chamado na Assembleia Legislativa para tratar daqueles assuntos que estavam acontecendo lá, de os vereadores sendo ameaçados de morte, e que rendeu a prisão do ex-prefeito de lá. E somente depois da movimentação da Assembleia Legislativa é que o processo evoluiu em alguma coisa e pegaram os camaradas responsáveis.

Então, precisamos fazer isso aqui e peço vênha a todos os deputados para que possam estar aqui ajudando nesse pedido de Camboriú, feito pela Presidência da Casa e por todos os vereadores daquela cidade.

Gostaria, ainda, de dizer à sociedade catarinense que aprovamos no dia de hoje, nesta manhã, durante a reunião da comissão de Segurança Pública, um requerimento, de minha autoria, convocando a sra. Ada Faraco de Luca, secretária de estado da Justiça e Cidadania, a comparecer nesta Casa para prestar algumas informações quanto ao número elevado de fugas que estão ocorrendo em nossos presídios.

O presídio de Joinville é o campeão em fugas. Aliás, lá na cidade de Joinville não chamamos mais essa instituição de presídio, mas de casa de passagem. Os bandidos entram pela porta da frente e saem pela porta de trás com um passe de mágica. É impressionante!

Os editoriais dos jornais, das rádios e televisão já não conseguem mais fazer manchetes, já não publicam mais as manchetes com o título *Fuga no Presídio* para não dar a impressão de que o jornal está velho. E o mesmo ocorre quando a mídia informa uma fuga em Joinville. Inclusive, o cidadão quando escuta essa notícia logo pensa: "Mas essas informações são de ontem!" Não é possível termos um número tão elevado de fugas num município. Alguma coisa está errada!

E ontem mesmo, chegando aqui em Florianópolis, escutava na rádio CBN o apresentador Mário Mota entrevistando o diretor do sistema que dava conta de que a secretaria estava fazendo algumas mudanças, tirando algumas mordomias, e que essas últimas fugas seriam retaliações desse corte de mordomias. Mas como pode isso? Cortar as mordomias de alguns detentos eu entendo, mas em que momento isso dá condições de fuga? Ai muitos podem dizer: "Ah, mas isso não está certo, porque quem cuida da chave são os agentes penitenciários. Será que eles estão envolvidos?" E quero que alguém preste esclarecimentos sobre isso. Quero saber por que em Joinville o presídio virou casa de passagem.

Por isso, aprovamos um requerimento nesta casa, nesta manhã, para que a sra. Ada

De Luca, secretária de estado da Justiça e Cidadania, compareça a esta Casa para prestar alguns esclarecimentos. Inclusive, já conversei com a deputada Ada De Luca sobre isso e ela disse que faz questão de vir aqui para esclarecer esse assunto que está deixando os catarinenses preocupados.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Gostaria de cumprimentar o nosso presidente Gelson Merisio, o deputado Moacir Sopelsa e os demais deputados desta Casa.

Hoje, pela manhã, estivemos na abertura da 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina, que contou com a presença de 1.600 delegados, deputado Ismael dos Santos, e também da secretária Especial do Ministério da Saúde, Eliane, abrindo um debate sobre financiamento. E de lá serão retirados os representantes para o grande debate na Conferência Nacional de Saúde que acontecerá no dia 31 de novembro, em Brasília.

Sempre que fazemos os debates sobre saúde o primeiro impacto, a primeira coisa que vem à cabeça é de onde vêm os recursos para financiar esse sistema de saúde.

Por onde passamos escutamos o debate sobre a discussão da redução da carga tributária no Brasil. Temos que reduzir impostos, é sempre o discurso! Também acho, mas acho que temos que fechar a equação da fonte de recursos para o financiamento de todas essas ações públicas que estão sendo feitas no Brasil.

Foi lançado anteontem, deputado Neodi Saretta, com a presença do ministro Mário Negromonte, do PP, do ministério das Cidades, o PAC 2 da Habitação, que contará com 20 mil habitações subsidiadas para Santa Catarina para a população com renda até R\$ 1.600,00. Serão, até o ano de 2014, 72 mil habitações para Santa Catarina, e o nosso déficit é de 145 mil habitações.

Estou fazendo essas colocações porque tão somente no subsídio habitacional serão aproximadamente R\$ 75 bilhões até 2014.

Pergunto: da onde vem esse dinheiro para subsidiar a construção civil para as famílias que não têm casa, não têm teto? E a presidente Dilma Rousseff determinou que no PAC as habitações terão que ter azulejos, pisos, estrutura para cadeirantes, para aquele idoso que usa cadeira de rodas ou o deficiente físico, dentro de uma visão social.

Ao mesmo tempo, quando vemos essa percepção, a primeira coisa é que tem uma série de coisas no ministério da Saúde. Mas quem é que paga a conta? Apenas em Santa Catarina são quase 1.400 farmácias distribuindo medicamentos para hipertensão, diabetes. Ao todo são 11 medicamentos distribuídos gratuitamente para tratar em torno de 25 milhões de brasileiros. Quem paga essa conta?

Na hora de pegar o remédio, pega-se para tratar. Mas cadê a fonte de financiamento disso?

Temos o programa de erradicação da pobreza, um gol de mestre da nossa presidente, Dilma Rousseff, lançado no dia 14 de outubro, em Porto Alegre, pegando os três estados do sul. O programa de erradicação da miséria prevê investimentos na área da Saúde, Educação, Infraestrutura, geração de emprego e renda, ampliação do Bolsa Família.

Com relação ao Bolsa Família, diferentemente do que se dizia, que esse programa faria com que as pessoas não procurassem emprego, no mês passado dois milhões e 800 mil pessoas saíram do referido programa no fechamento, porque tiveram emprego e uma nova oportunidade.

Agora, para fazer esses programas há necessidade de recursos; por isso, essa conferência tem a missão de trabalhar a origem da fonte dos recursos para o financiamento. E aí quero ler aqui rapidamente parte de um discurso feito há uma semana e meia, por um ícone da política neste século.

(Passa a ler.)

"Fico muito feliz de estar recebendo um prêmio mundial de alimentação em um estado em que as estátuas que eu vi na rua não são de heróis de guerra, mas de heróis de combate à fome. Essa é a verdadeira guerra que todos os governantes precisam fazer: lutar pela vida e não pela morte, porque a fome é uma arma de destruição em massa, mais poderosa e mais perigosa do que qualquer outra arma que o homem já inventou.

A fome não mata soldados no campo de batalha. Ela não mata inimigos, ela não mata terroristas, ela mata crianças e às vezes no útero da própria mãe, que não teve o direito de comer as calorias e as proteínas necessárias ao nascimento de uma criança com saúde.

Sempre sonhei que era possível transformar a fome de um problema social estatístico para um problema político. E hoje estou tendo essa consagração junto com o meu amigo, John Agyekum Kufuor, recebendo um prêmio que até agora era dado para técnicos, para cientistas e para pesquisadores.

Estamos recebendo como políticos que priorizamos o combate à fome como instrumento de desenvolvimento econômico."

Isso é parte do discurso que o ex-presidente Lula da Silva fez ao receber um prêmio junto com o ex-presidente de Gana, na semana passada, na Europa.

Vemos que aqui se produziu um programa de combate à fome que está sendo copiado mundo afora por países africanos e pela Índia, assim como o programa de habitação que estamos desenvolvendo está sendo copiado por diversos outros países. Mas para fazer isso tudo há a necessidade de se ter recursos, dinheiro.

Como se pode reduzir carga tributária sem poder ter a expansão desses programas sociais que permitem que a cidadania seja incluída, seja um elemento de confortabilidade para aquelas famílias que nunca tiveram a menor perspectiva de ter um teto ou um chuveiro para tomar banho? Ou ter três refeições ao dia, de receber medicamentos para hipertensão e diabetes, da forma como este governo distribui? Ou de fazer o maior programa de combate às doenças sexualmente transmissíveis, a exemplo da Aids, com a distribuição de medicamentos e retrovirais?

Para isso precisa-se de recursos. E não tenho o menor problema em defender de que sejam tributadas as grandes fortunas, a especulação financeira, o capital especulativo que entra neste país, porque essa é a forma de garantirmos aplicações de recursos não apenas no desenvolvimento econômico, mas a aplicação de recursos no desenvolvimento social de uma população que não tinha a menor perspectiva de construir um elo diferente para seus filhos e seus netos, a exemplo das universidades que estão sendo construídas neste governo, das escolas técnicas que estão permitindo mostrar ao mundo que o Brasil hoje deixou de ser um país emergente para ser um país protagonista da política internacional.

O Brasil é um País protagonista da América Latina e do nosso continente americano. Um país cujos líderes maiores, representados pelo presidente Lula e agora pela nossa grande comandante Dilma Rousseff, fazem orgulhar qualquer brasileiro.

Fico feliz de participar dessa conferência estadual. E os delegados catarinenses estarão em Brasília, na Conferência Nacional, no final de novembro, com uma responsabilidade muito grande, que é representar o nosso estado, fazendo um bom debate sobre as prioridades da saúde do nosso estado e do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, pessoas presentes nesta sessão de quarta-feira.

Hoje é um dia de mobilização dos servidores estaduais da saúde pública do nosso estado, através do SindiSaúde, que preferiram paralisar por algumas horas, no começo da manhã de hoje, em alguns hospitais da capital e também em outras cidades do estado.

Agora, neste começo de tarde, neste momento, na verdade estão fazendo o mesmo ato na frente do Hospital Celso Ramos, no centro da capital, eis que neste momento a secretaria da Saúde e o governo do estado estão inaugurando a reforma da emergência deste hospital.

É sintomática, para entender a situação da Saúde, o fato de que ao mesmo tempo em que o governo inaugura a reforma da emergência deste hospital, depois de meses fechada ou atendendo em condições precaríssimas, existem 84 leitos no mesmo hospital desativados.

Estamos falando que somente no Hospital Celso Ramos, no centro da capital, 84 leitos estão desativados, ao mesmo tempo em que acontece a reforma do setor de emergência.

Evidentemente que é preciso aplaudir a reforma da emergência, mas também refletir sobre o porquê de termos 84 leitos desativados, quando se sabe que inúmeras pessoas, inúmeras famílias, estão procurando um lugar onde possam internar seus familiares, seus pacientes. E a desativação desses leitos se dá exclusivamente, no caso do Hospital Governador Celso Ramos, por falta de

funcionários, aliás, uma realidade parecida com a do Hospital Regional de São José, do Hospital Nereu Ramos, também na capital, do Hospital Infantil, que está atendendo em condições precárias, o Instituto de Cardiologia, também em condições precárias funcionando no mesmo prédio, dentro do Hospital Regional de São José.

Percebemos com isso que o rumo da política adotada na questão da saúde, estamos falando especificamente da saúde neste momento, não pode levar a situações diferentes. Inclusive, a prioridade, a política e a posição do governo tem sido no sentido de transferir a gerência e administração dos serviços de saúde para organizações sociais, entidades privadas, embora a Justiça federal já tenha decidido, e tem a sentença, que o estado deve se abster de fazê-lo, abster-se de transferir estabelecimentos hospitalares e de saúde em geral para organizações sociais.

Alguns dizem que é mera questão ideológica a nossa posição contra as organizações sociais. Mas não se trata de questão ideológica, embora a questão ideológica evidentemente esteja embutida, assim como está embutida na proposta de terceirizar, e terceirizar não tem outra palavra para explicar melhor a não ser privatizar.

O fato é que transferindo para organizações sociais o estado para de fazer concurso público. E quem vai realizar atividade fim dentro do hospital, nas clínicas médicas, na emergência, em várias áreas, em outras atividades da saúde, que constitucionalmente é proibida a privatização, serão servidores contratados pela CLT sem concurso público e, não poucas vezes, talvez a maioria das vezes, por indicação política.

Da mesma forma, a aquisição de medicamentos e equipamentos é feita também com dinheiro público sem necessária licitação.

O salário desses funcionários que não serão concursados, que serão contratados pela vontade do gestor, e às vezes por indicação política como já disse, também são pagos com dinheiro público para realizar atividade afim. E concurso público que é necessário, urgente, está atrasado e não sai. Aliás, quanto tempo faz que o estado de Santa Catarina não contrata servidor para a Saúde e para a Educação?

Para a Educação contrata em caráter temporário, os ACTs, que passam o Natal desempregados, para ver se nos meses de fevereiro ou março conseguem emprego novamente. A maioria dos professores que estão em sala de aula da rede pública estadual são ACTs. E com todo o respeito ao Magistério, que está sendo desrespeitado por essa medida, são bóias frias da Educação, fazem por trecho, trabalham de fevereiro, março até novembro, se tiverem sorte. E a maioria está nessa condição.

Na saúde transfere para a organização social, com dinheiro público, e não faz concurso público. Então, desativa os leitos por falta de servidor. É a extinção do serviço público em médio e longo prazo, essa que é a realidade.

Evidentemente que essa questão está no centro do debate. Temos a reivindicação da reposição das perdas, 8.33%, as perdas até dezembro de 2010, e ampliação do vale alimentação.

Até fizeram aqui uma reprodução do vale que é de R\$ 6,00 por dia não só para os servidores da Saúde, mas para todos os servidores do Poder Executivo do estado, como os policiais militares, policiais civis, segurança em geral, para os professores também e para outros servidores.

São R\$ 123,00. Seis reais por dia, já foi apelidado nesta tribuna na legislatura anterior, inclusive por outros deputados que na época estavam na oposição ao governo, de "vale coxinha", porque R\$ 6,00 por dia dá para tomar um café e comer uma coxinha.

Então, estão pedindo também o reajuste, o incremento do valor do vale alimentação que está aqui reproduzido por eles como "vale coxinha". E não é reajustado desde que foi criado, em 2001.

Na Segurança Pública estamos tendo concurso público, algo elogiável, digno de aplausos, e algum investimento na área de material de equipamento.

O governador Raimundo Colombo mandou contratar 1.000 policiais militares neste ano de 2011. Não vamos conseguir contratar 1.000, porque o salário está tão baixo, a carreira está tão desvalorizada, o estímulo interno tão ruim, que os jovens com nível superior, esse é o critério, não estão interessados em entrar para a Polícia Militar. Embora com os mesmos critérios e os mesmos salários estejam entrando na Polícia Civil. Lá não faltam jovens interessados, inclusive muitos novos policiais militares estão fazendo concurso para a Polícia Civil.

Então, precisa-se valorizar essas carreiras do serviço público em geral, especificamente policiais e bombeiros militares, servidores da segurança pública em geral, melhorando o salário. A segurança pública é o menor piso salarial do estado de Santa Catarina, desde o mês de julho. Para o nível médio o menor piso do estado é o da segurança pública. Temos maiores tetos também, mas o piso é o menor. O piso do soldado, a maioria que está lá na rua para trabalhar, é o menor piso para o nível médio de todas as carreiras de servidores estaduais. Isso é um absurdo e precisa ser mudado e urgentemente.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, deputados, gostaria de aproveitar o espaço exatamente para comunicar à nossa sociedade catarinense de que fruto do primeiro Pense e Pesca, realizado em setembro nesta Casa, e diga-se de passagem que foi um seminário de uma dimensão grande, envolvendo vários setores da nossa sociedade...

Envolveu segmentos ligados aos movimentos sociais e populares, o setor da maricultura, da pesca artesanal, da piscicultura, que trabalham especificamente as águas continentais, representantes do governo federal, através do ministério da Aquicultura e Pesca, a secretaria de estado da Agricultura e da Pesca, através das autarquias como a Epagri, e lideranças.

Houve a participação em torno de 500 pessoas nos dois dias de debate,

envolvendo várias alternativas, a discussão em torno da política de taxação de impostos e também da importância de abrir novos mercados para a questão do pescador. Debateu-se a construção de um fórum permanente de debate e discussão no sentido de dar sustentação aos trabalhos que a comissão de Aquicultura e Pesca desta Casa vem encaminhando, reunindo vários segmentos da sociedade, além do poder institucional, como a comissão desta Casa, a secretaria da Agricultura e da Pesca, através da diretoria de Políticas da Agricultura familiar e da Pesca, o ministério da Aquicultura e Pesca.

Contou com representantes da pesca artesanal, da piscicultura, da maricultura, dos movimentos de mulheres que trabalham as questões ligadas ao artesanado. Tentou-se buscar a participação desses vários segmentos para que se pudessem dar todos os encaminhamentos que dizem respeito à aquicultura e piscicultura no estado de Santa Catarina.

Levantou-se a necessidade urgente de se discutir uma legislação que tratasse das questões ambientais e ao mesmo tempo uma legislação que trouxesse presente algo que normatizasse a piscicultura nas águas continentais deste estado. E hoje recebemos a notícia extremamente positiva por parte da secretaria de estado da Aquicultura através do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema -, de que já se vem a um bom tempo discutindo as questões referentes ao meio ambiente, as licenças ambientais para o exercício da piscicultura em nosso estado. E temos um parecer favorável da Fatma tratando exatamente de uma resolução de que agora, no final deste mês, o conselho estará reunido para exatamente avaliar e discutir o parecer dado através de um relator integrante da Fatma.

Esperamos que através dessa resolução se resolva um dos grandes gargalos que diz respeito à piscicultura no estado de Santa Catarina, que é com relação ao licenciamento. E nós sabemos que todo e qualquer encaminhamento referente a créditos no setor da piscicultura esbarra sempre na questão do licenciamento do espaço, ou seja, do tanque, do açude, para se poder cultivar lá ou desenvolver a atividade da piscicultura.

Além dessa resolução, temos ainda um projeto de lei que o governo do estado tem encaminhando a esta Casa por uma intervenção ou solicitação minha e da comissão de Pesca e Aquicultura, haja vista que a mesma matéria está num outro projeto de lei que tramitou na Casa, foi votado, que o governador vetou, mas reconheceu a importância do mesmo para a piscicultura no estado de Santa Catarina. E, portanto, reencaminhou o projeto a esta Casa, que agora está tramitando nas diferentes comissões.

Com certeza teremos o aval das diferentes comissões, já tendo em vista que houve várias audiências públicas tratando da questão e que houve um aperfeiçoamento do mesmo projeto de lei, que voltou a esta Casa.

Além disso, esperamos contar com todos os parlamentares para que, a exemplo de outros estados, tenhamos a nossa legislação que trata da piscicultura no estado de Santa Catarina também aprovada nesta Casa e certamente sancionada pelo governo do estado.

Por fim, deixo aqui também à sociedade catarinense e aos srs. e sras.

parlamentares um convite para participarem de um importante seminário, deputados Neodi Saretta e Moacir Sopelsa, que são da região do oeste de Santa Catarina, que vamos realizar na próxima sexta-feira, na Câmara de Vereadores de Chapecó, onde estaremos discutindo e debatendo créditos para a piscicultura. Será sexta-feira a partir das 8h30, na Câmara de Vereadores de Chapecó, com a presença do ministério da Aquicultura e Pesca e da superintendência do Banco do Brasil, para que possamos aprofundar o debate em torno do crédito para a piscicultura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é uma satisfação, novamente, ocupar esta tribuna, com muito orgulho, pela primeira vez, deputado Ismael dos Santos, deputado Darci de Matos, na qualidade de membro do PSD.

Com muita satisfação, agradeço pela acolhida e pelo compromisso de continuar trabalhando pelo estado de Santa Catarina e pelos ideais partidários, um partido sem barreiras, sem fronteiras.

Quero agradecer aos meus colegas do PSDB pelo tempo que lá estive, especialmente ao líder Dado Cherem, pessoa muito cordial, um grande deputado, representante do nosso estado, especialmente da região de Balneário Camboriú.

Senhores deputados, vejo com alegria, e até com preocupação, a decisão, agora, de se montar no Congresso Nacional um reestudo a respeito do Código Penal Brasileiro.

Temos um Código Penal de 1940, portanto, totalmente defasado. Lendo alguns artigos, essa semana, a respeito do nosso Código, quando se criou a figura ali da quadrilha, do bando, pretendeu-se, naquela época, na verdade, segundo os estudiosos, penalizar Lampião e bandos daquela maneira que assim agiam, agindo em bando contra o governo, contra a sociedade.

O nosso mundo, o nosso Brasil, evoluiu muito e nós, infelizmente, em matéria penal, ainda temos encontrado uma série de dificuldades.

Em 2008, o Congresso Nacional montou uma comissão que trabalhou e em 2009 apresentou uma reforma do Código de Processo Penal, procurando agilizar a tramitação processual, mas que na verdade não ajudou muito. E vemos, hoje, aí, a prescrição da maioria das punições devido a todos os recursos existentes em matéria processual, seja na matéria civil, seja na matéria penal.

Muitos criminosos não respondem perante a sociedade pelos crimes de praticam, em virtude dos inúmeros recursos que são estabelecidos.

Temos que ter a ampla garantia constitucional da presunção de inocência, de resguardar o direito de defesa, que ninguém seja considerado culpado sem sentença definitiva que

assim estabeleça, mas, infelizmente, a nossa legislação tem propiciado a impunidade, principalmente pelo grande número de recursos. E vemos aí vários casos claros para a sociedade brasileira, como o daquele jornalista que matou a sua namorada há quase dez anos, com recursos para cá e para lá, e o responsável acaba não indo para a prisão.

A sociedade acaba não entendendo isso e ninguém entende. Não podemos entender que a impunidade possa prevalecer. E agora vemos aí que foi criada uma comissão para tratar da reforma do Código Penal, entendendo que tem que se dar preferência a penas alternativas.

Concordo com isso, penas alternativas são importantes. E as pesquisas dizem que quem pratica pequenos delitos, ou quem recebe uma pena alternativa, não volta a delinquir e não volta por uma questão básica: pratica um pequeno delito muitas vezes de forma culposa, por imprudência, por imperícia, por negligência, mas não querendo aquele ato violento. E essa pessoa irá aceitar a transação penal, irá aceitar uma pena alternativa, ou de pagar uma cesta básica, ou de prestar serviços à comunidade, ou de se apresentar em algum órgão, enfim, essas penas alternativas trazem resultados porque são aplicadas a pessoas que não têm a índole criminosa.

O grande problema que o Brasil enfrenta, que os juristas e legisladores encontram, é com relação àquele criminoso com a sua índole voltada a praticar delitos. E essa comissão fala exatamente nisso.

Li atentamente todo esse material, que foi iniciado por essa comissão, com a discussão do novo Código de Processo Penal. E registrei aqui algumas partes:

(Passa a ler.)

"Estamos vivendo a constatação da falência do sistema penitenciário e da pena de prisão. Diante dessa problemática é necessário abrir o debate, realizar questionamentos com a sociedade quanto às novas formas de penalizações.

Tem-se discutido na Europa e nos Estados Unidos doutrinas penais que vão aos extremos, desde o conhecido direito penal do inimigo, onde se restringem direitos e garantias dos homens, ao debate da aplicação da justiça restaurativa e do direito penal mínimo, os quais visam uma menor intervenção do estado no controle social.

Hoje, o Brasil é signatário de Tratados Internacionais de Direitos Humanos que impedem as penas de morte e de prisão perpétua ou de qualquer tipo de pena degradante."

Há uma preocupação desses juristas na discussão dessa reformulação do Código Penal com aquele criminoso que vem praticando crimes reincidentemente, é isso que tem ocorrido. A grande maioria dos nossos presídios está superlotada de presos que não podem nesse momento voltar para a sociedade, se é que alguns deles podem voltar em algum momento. São pessoas que têm reincidido, que passam o período dentro dos presídios planejando novas ações, planejando humilhações, afrontas à Justiça, e que não têm as mínimas condições de voltar a conviver no meio social.

Entendo que os governos têm que se conscientizar disso e que precisamos garantir o

direito do cidadão de bem que não está hoje amparado. Então, opções para penas alternativas têm que ser dadas para os pequenos crimes, como foi estabelecido na nova legislação penal, nas penas previstas com no máximo de quatro anos de pena mínima e que daí, sim, permitiria, então a recuperação e a reinserção. Não podemos aplicar penas alternativas em criminosos autores de crimes violentos, de crimes hediondos, enfim, de crimes com toda essa gravidade.

A aplicação de novas medidas alternativas à pena de prisão, as quais devem ser reservadas, segundo a comissão, por um dos membros da comissão, apenas aos indivíduos violentos e perigosos à ordem social, aplicando de maneira racional a punição dos delitos, de modo que a cultura do controle social, através do Direito Penal, não seja uma solução. A comissão até fala: em vez de procurar uma forma de punir, tem que se buscar hoje mais uma forma de proteger a nossa sociedade.

A verdadeira solução ao problema dos estabelecimentos penitenciários é a implementação de penas alternativas que efetivamente tragam resultados práticos, para uma punição eficaz e recuperação social do encarcerado, que é o que todos queremos, restando a pena de prisão restrita aos casos indispensáveis à segurança da sociedade e ao reincidente nos crimes dolosos.

Grande problema: a maioria dos nossos presídios superlotados com reincidentes de crimes dolosos.

Então, entendo que é importante neste momento de transformação que o Brasil passa em relação ao combate à corrupção acabar com privilégios. A legislação penal estabeleceu sempre proteção para que o preso seja mantido de forma diferenciada: mulheres por categoria, regime semiaberto, sistema de cumprimento de pena fechado sem privilégio. A prisão especial é uma questão que deve ser estudada com muita sensibilidade, porque a sociedade não aceita, pois, em muitos casos, são pessoas que tinham grande responsabilidade social com o nosso país.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, parlamentares presentes nesta sessão ordinária desta terça-feira, público que se encontra nas galerias desta Casa, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Neste horário de hoje destinado ao Partido dos Trabalhadores venho trazer boas notícias expositivas sobre a ação do governo federal. Este governo que todo momento tem que provar que é ótimo, que é bom em tudo que faz e que está dando certo desde o seu início com o primeiro governo do presidente Lula, depois, com o segundo governo do presidente Lula e, agora, com o governo de uma mulher competente, extraordinária e que está sendo inclusive respeitada como foi o presidente Lula internacionalmente.

Falo de um programa que desde o primeiro dia era a vontade do presidente que se concretizasse e que está sendo exemplo, inclusive, em nível nacional, que é o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

O Bolsa Família atende hoje, srs. parlamentares e público catarinense, 13 milhões de pessoas e tem melhorado muito nesses últimos anos, inclusive, as condições da população brasileira.

Trata-se do Programa de Transferência Direta de Renda que alguns falam mal, mas é um programa belíssimo, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, contribuindo sobremaneira para a redução das desigualdades sociais.

A grandiosidade desse programa, srs. parlamentares, é que a pessoa recebe esse recurso e pode utilizar esse recurso para ir a um supermercado de sua preferência e escolher a alimentação adequada de sua família. Chega daquela cesta básica que já vinha pronta.

Agora é com recurso, pois com a transferência de renda as pessoas vão adquirir dignidade, cidadania e melhores condições não só para elas e sua família, mas também, com esse recurso, estamos gerando renda através das pessoas que vão comprar nos mercados, supermercados, oportunizando a grandiosidade dessas empresas poderem crescer.

Aliás, o Programa Bolsa Família integra o Programa Fome Zero e tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, contribuindo para a conquista da cidadania da população mais vulnerável, que é a população faminta do nosso país.

Mas a questão específica que trago, hoje, sobre esse programa é em relação às inovações que vêm acontecendo e que aconteceram recentemente, anunciadas pelo ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

As medidas inovadoras, srs. parlamentares, reforçam o foco nas nossas crianças. Cuidar das nossas crianças desde o seu nascimento até a idade adulta, assegurando renda para a população extremamente pobre e garantir retorno ao programa, caso necessário, de beneficiário que se desligue voluntariamente. Entre as novidades anunciadas estão a ampliação do número de benefícios para crianças e inserção de 800 mil famílias até o fim de 2013.

O Programa Bolsa Família, que antes beneficiava famílias com até três filhos, agora passa a valer também para pais com cinco filhos de até 15 anos de idade.

A outra mudança é para os moradores que se desligavam do Programa, mas tiveram queda de renda. Então, eles podem solicitar o benefício, novamente, após comparecer à prefeitura de sua cidade.

Vale aqui salientar e dizer que esse Programa do Bolsa Família, do Fome Zero, é vinculado à prefeitura de cada município do estado e do país.

Outra novidade é a inclusão de mulheres grávidas e mães que estiverem amamentando, que passarão a receber R\$ 32 mensais do Bolsa Família. O benefício da gestante vai durar nove meses e contará a partir do momento em que o SUS for informado da gravidez. A lactante terá o auxílio por seis

meses, contados a partir do registro do recém-nascido. Isso também é importante para o nosso país, para que as mães também possam e devam registrar os seus filhos.

Essas novidades serão colocadas em prática a partir de novembro (amamentação) e dezembro (gestação).

Esse é mais um passo dado na direção de garantir um futuro melhor para essas crianças, incentivando os cuidados médicos na gestação e no nascimento, que é relativamente baixo em algumas regiões do país, também nas certidões de nascimento que, infelizmente, ainda no nosso país é relativamente baixa em algumas regiões.

Apenas para ilustrar, somente neste mês de setembro, 1.200 milhão de crianças foram incluídas no Programa Bolsa Família e 180 mil famílias já começaram a receber o benefício. A meta para este ano são 320 mil novas famílias e até dezembro de 2013 800 mil famílias serão beneficiadas por esse programa do governo federal que garante dignidade e saúde para a nossa gente.

Na conversa com a presidente Dilma Rousseff, publicada na última terça-feira, dia 11 de outubro, ela anunciou que segundo os dados do ministério da Educação, MEC, o índice de crianças e adolescentes na faixa etária de seis a 16 anos fora da escola diminuiu no percentual 36%, por causa do Bolsa Família.

A presidenta destacou ainda a possibilidade de o benefício contribuir, inclusive, para o aumento de natalidade do nosso Brasil.

Avanços nos programas Bolsa Família e Fome Zero asseguram ao nosso Brasil, pelo segundo ano consecutivo, o primeiro lugar no ranking mundial formado por 28 países no combate à fome. A avaliação divulgada na semana passada abrange nações em desenvolvimento na luta contra a pobreza, considerando as categorias presença de fome, apoio à agricultura em pequenas propriedades e proteção social.

Vejam a grandiosidade desse programa, srs. parlamentares. V.Exas. devem, inclusive, estar acompanhando uma propaganda, hoje, feita nos meios de comunicação, em que várias personalidades estão incentivando o combate à fome no mundo.

Dentro dessa perspectiva de inclusão social, quero destacar, também no dia de ontem, srs. parlamentares, o lançamento aqui em Florianópolis do programa Minha Casa, Minha Vida 2. E gostaria de salientar, deputado Neodi Saretta e srs. parlamentares, que o Minha Casa, Minha Vida é um programa do governo federal que possibilita às pessoas que não tiveram um lugar ainda para residir, um lar para as suas famílias, poderem encontrar nesse programa a oportunidade de garantir uma segurança para a sua família.

O lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida 2 aconteceu ontem, em Florianópolis, e participamos do lançamento, juntamente com o governador do estado, o ministro das Cidades e parlamentares federais e estaduais. O programa tem o desafio de construir, até o ano de 2014, dois milhões de moradia. E até porque superamos a expectativa, srs. parlamentares, do presidente Lula, durante o seu governo, de construir um

milhão de casas. Isso aconteceu, sim. Agora, até o ano de 2014, o governo federal tem a intenção, e vai concretizá-la, de construir no nosso país dois milhões de moradias para as pessoas que não tiveram oportunidade de adquiri-la até a presente data.

A grande notícia para Santa Catarina é que o governo federal vai possibilitar a construção de 75 mil novas moradias. É o governo federal garantindo ao povo brasileiro a dignidade de um lar às nossas famílias.

Exemplo disso, e posso dar o testemunho, sr. presidente, é que em Blumenau houve a construção de quase duas mil casas às famílias que ainda não tiveram a oportunidade possui-la.

Aproveito, ainda, para destacar também a última pesquisa da CNI/Ibope, que mostra que o desempenho da presidente Dilma Rousseff foi considerado ótimo ou bom para 51% dos entrevistados. Isso é a prova de que o Brasil está no caminho certo e que está sendo bem conduzido por uma mulher!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e deputada Ana Paula Lima, fiz um registro também a respeito dessa boa notícia para Santa Catarina que v.exa. se referia há poucos instantes, que é a construção de 75 mil moradias no estado catarinense.

Eu posso ter as minhas divergências no aspecto de algumas políticas do governo federal, e não por ser este governo, mas ao longo dos anos, e cito o exemplo da excessiva carga tributária, da excessiva carga de impostos, ou seja, de encargos sociais na folha de pagamento. Também vejo a política internacional um pouco diferente das minhas ideias, como também penso que o governo federal ainda precisa investir muito na infraestrutura para tornar o Brasil mais competitivo.

Quero aqui, de público, deputada Ana Paula Lima, reconhecer no governo federal os investimentos em habitação e saneamento básico. E ontem tivemos uma mostra disso, pois o nosso estado de Santa Catarina é o primeiro a aderir à segunda fase do programa de habitação que tem como objetivo atender às famílias de baixa renda, principalmente àquelas que ganham até três salários mínimos e, depois, na segunda faixa, até cinco salários mínimos e assim por diante.

Esse programa tem um fundamento importante que é fazer unidades habitacionais num novo padrão, com uma metragem maior, com revestimentos de azulejos na cozinha, nos banheiros, inclusive, com a possibilidade de absorver a luz para transformar em energia.

De tal sorte que no dia de ontem houve esse lançamento e esteve presente o ministro Mário Negromonte, do ministério das Cidades, que pertence à nossa sigla partidária, PP. Estavam presentes também neste evento

outras autoridades, como deputados federais, estaduais, independentemente de cor partidária.

O governo João Raimundo Colombo manifestou-se ontem, em primeiro lugar, agradecendo essa deferência por Santa Catarina, colocando-se como parceiro no que diz respeito ao estado, principalmente, às prefeituras municipais.

Segundo informações da presidente da Cohab, o nosso estado possui um déficit de aproximadamente 145 mil unidades. E estavam previstas a construção de aproximadamente 20 mil unidades quando o ministro, na sua fala, anunciou e deliberou 75 mil unidades a serem construídas até 2014.

Cinquenta e cinco prefeitos já assinaram no dia de ontem, juntamente com o ministro das Cidades e com o governador Raimundo Colombo, a adesão a esse programa importante por priorizar as famílias de baixa renda e dar uma oportunidade às pessoas que trabalham e que muitas vezes destinam grande parcela da sua renda ao pagamento de aluguel. Há outras famílias também que não conseguem pagar o aluguel e vivem juntamente com outras duas ou três famílias na mesma residência.

Esse programa do governo federal é subsidiado e além de pagar uma prestação menor, com juros menores, as pessoas têm que reconhecer que é um grande incentivo para resgatar a dignidade e dar mais qualidade de vida e conforto às famílias catarinenses.

Por isso, queremos deixar o nosso agradecimento ao governo federal, através do ministro Mário Negromonte, aos deputados federais catarinenses que não têm medido esforços junto desse ministério, ao nosso grande aliado também secretário Nacional de Saneamento, Leodegar Tiscoski, que nos tem prestado um grande serviço.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não, ouço v.exa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Silvio Dreveck, meu líder progressista, quero parabenizá-lo pelo tema levantado. Até tivemos na manhã de ontem a oportunidade de participar daquele momento tão importante, quando pudemos presenciar a participação e a conversa do governador Raimundo Colombo a respeito do déficit de 145 mil famílias que estão ao relento, sem expectativa de ter uma casa com o seu próprio vencimento, com o seu próprio suor.

Por isso, o governo tem o papel de fazer essa parceria, dentro da vertente, na linha de inclusão social, como tem feito o governo federal.

As 75 mil casas populares representam 50% do déficit que temos hoje em Santa Catarina. Então, é um grande feito, e vamos dar dignidade, dar endereço a essas pessoas tão merecedoras.

Parabéns pelo seu discurso.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, incorporo o seu pronunciamento ao meu.

Registro a participação também do deputado Joares Ponticelli, do deputado Reno Caramori, do deputado José Milton Scheffer e demais colegas deputados que estiveram lá prestigiando esse evento tão relevante para Santa Catarina, mais do que isso, relevante

para as famílias que agora podem ter a esperança da casa própria.

Obviamente que nesse programa tem que haver a participação também dos prefeitos, do próprio governo do estado, levando a esses conjuntos habitacionais escolas, creches, unidades de saúde, pavimentação, energia e água, para que esses conjuntos se tomem não uma favela, mas uma realidade para o bem viver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, hoje quero me referir à saúde do município de Florianópolis. Estivemos agora presentes na inauguração da emergência do hospital Celso Ramos, que volta a ser aberta.

Parabenizo o governador Raimundo Colombo, o secretário da Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, o vice-governador Pinho Moreira, pela grande obra que foi realizada no referido hospital. Também lá foram assinados convênios para os municípios vizinhos, como Tijucas, Santo Amaro da Imperatriz, e outras ações governamentais.

O que significa isso? Significa que o governo está fazendo com que as unidades de saúde que formam a Saúde da grande Florianópolis sejam fortalecidas. E a emergência do hospital Celso Ramos é de resolução médica. Ou seja, quando o acidentado chegar ao Hospital Celso Ramos será atendido, operado, se assim necessitar, terá tratamento completo e não será transferido para outras unidades, porque a contratação de 40 funcionários numa primeira leva, perfazendo a contratação de 163 funcionários por concurso público, deverá ser feita no mês de novembro, quando teremos esse hospital atendendo de maneira completa à população de Florianópolis.

O que me chamou atenção nessa inauguração foi a maneira completa de atendimento. Atender a quem? Atender àqueles que mais necessitam, atender à pobreza, porque é um hospital público. E para isso tem que atender com prioridade às pessoas pobres, às pessoas que estão necessitadas, às pessoas mais humildes, àqueles que necessitam de atendimento médico e não têm para onde ir.

Aqueles pacientes que tem Unimed, que tem plano particular e assim por diante têm, sim, seu atendimento garantido até pela sua situação. Mas o Hospital Celso Ramos é, sim, para o atendimento também daquelas pessoas mais humildes, daquelas pessoas que necessitam de atendimento e não têm para onde ir.

Temos certeza de que essa visão do governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, essa visão do secretário da Saúde, vai minimizar e muito o atendimento médico em Florianópolis, que é por excelência um atendimento médico de primeiro mundo, pois tem duas salas de cirurgias para atender às emergências, tem ortopedistas, tem aparelhos de anestesia e anestesistas para operar.

Temos certeza de que o Hospital Celso Ramos irá atender a um grande número de pacientes da nossa população.

Gostaríamos também, num segundo momento, de nos pronunciarmos sobre a Celesc, onde estivemos com o governador Raimundo Colombo e seu vice, Eduardo Pinho Moreira, com o presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, e os diretores.

Temos certeza de que a Celesc, sim, mostrou o grande plano de investimento que vai realizar de 2012 a 2015, com aplicação de mais de R\$ 1.075 bilhão, deputado Valmir Comin, para o melhoramento das redes de transmissões dos transformadores, de ações que vão realizar para que a energia elétrica em nosso estado seja melhorada.

Esse é o primeiro passo para que a nossa indústria se instale, para que a nossa indústria funcione, para que o estado funcione. A energia é o primeiro item importante no desenvolvimento e no crescimento de nossos municípios. E temos certeza de que o nosso pedido para o município de Papanduvas, onde estivemos em audiência pública, e para o município de Irineópolis, será atendido.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Cumprimento v.exa., deputado Antônio Aguiar, pelo seu pronunciamento.

O sul de Santa Catarina não vinha recebendo indústrias há muito tempo, mas no governo do Luiz Henrique da Silveira recebeu muitas indústrias. E aí a dificuldade de energia é terrível. Sei que é a mesma coisa em sua região.

Então, espero que da mesma forma que foi atendida a sua região, a nossa também seja atendida, assim como todo o estado de Santa Catarina, para que este estado continue crescendo, gerando emprego e melhorando a qualidade de vida do nosso povo, porque é por isso que estamos lutando no Parlamento catarinense.

O SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. Temos certeza de que a energia elétrica no planalto norte já foi contemplada por Eduardo Pinho Moreira, que quando foi governador do estado fez várias estações de transmissão de energia elétrica, também subestações, enfim, fez um grande trabalho na nossa região. E agora, Antônio Gavazzoni, como presidente da Celesc, está dando continuidade ao trabalho.

Gostaria de parabenizar o presidente da Celesc e dizer que Santa Catarina está agradecida pela sua gestão e especialmente pelo seu investimento de R\$ 1.075 bilhão em nosso estado. Temos certeza de que Porto União, Irineópolis, Canoinhas, Major Vieira, São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Mafra, Monte Castelo, Papanduvas, Santa Terezinha, Itaiópolis, todos os municípios do planalto norte, terão a sua energia elétrica colocada em dia pelo presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni.

Também quero me reportar à obra que está sendo realizada no município de Canoinhas durante o seu centenário, a construção da ciclovia. E gostaria de parabenizar o secretário Valdir Cobalchini, o diretor do

Deinfra, que sem dúvida estão fazendo a diferença no planalto norte, pois a liberação de R\$ 1.180,00 milhão, feita pelo Eduardo Pinho Moreira e o Valdir Cobalchini, fará Canoinhas sentir-se homenageada, pois a ciclovia vai até o distrito de Marcílio Dias.

Quero agradecer mais uma vez ao governo do estado, Raimundo Colombo, também a toda sua equipe, pela dedicação com a área da Saúde, pelo tomógrafo para o município de Canoinhas, pela ressonância magnética e de tomografia para o município de Mafra, os atendimentos de ambulância para o município de Timbó Grande e para o município de Monte Castelo. Temos a certeza de que isso ajudará muito o nosso planalto norte no seu crescimento e desenvolvimento.

Um grande abraço a todos e até a próxima oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, nos minutos restantes do PMDB, com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, temos acompanhado nos últimos dias algumas questões relativas a esta Casa, Assembleia Legislativa. Acompanhamos pela imprensa a questão sobre as aposentadorias por invalidez, e vou falar sobre esse assunto.

Na rua, deputado Romildo Titon, deputado Mauro de Nadal, somos cobrados como culpados do que aconteceu em 1982, sendo que eu tinha 14 anos de idade, sequer sonhava em ser deputado da Assembleia Legislativa.

Então, temos que separar, pois não está sendo bem colocada para a nossa sociedade uma questão de quase 30 e poucos anos, questão que aconteceu no passado e que está vindo à tona hoje. E se houve algum erro no passado, deputado Maurício Eskudlark, está-se resolvendo hoje por esta legislatura e por este Parlamento, neste momento.

Não podemos misturar as coisas, deputado Neodi Saretta, coisas que aconteceram ontem e que estamos resolvendo hoje, mas parece que fomos nós que criamos o problema, que fizemos o problema. E se existe essa questão, e não quero julgar, mas se existe, não fomos nós que criamos, só estamos resolvendo uma situação que é irregular.

Não podemos misturar todos os funcionários e deputados da Assembleia Legislativa. Temos bons funcionários nesta Casa, que trabalham dia a dia fazendo leis, ajudando-nos, assessorando-nos neste Parlamento. Então, não se pode misturar tudo e jogar na vala comum. Não é dessa maneira.

Se houve erro, este Parlamento está resolvendo, mesmo que tenha sido há 30 anos. Eu faço essa ressalva, deputado Sílvio Dreveck, porque já tem funcionário com vergonha de sair às ruas e dizer que é funcionário da Assembleia. Tem gente que está se escondendo e não diz onde trabalha.

Srs. funcionários, podem dizer que trabalham na Assembleia Legislativa. Eu vou falar em todos os cantos que sou deputado estadual; tenho o maior orgulho de estar neste Parlamento da Casa do Povo. Não precisamos nos esconder de nada, não precisamos nos esconder.

Podem falar que são funcionários da Assembleia Legislativa, sim, que têm orgulho de bater no peito e dizer que trabalham na Assembleia, que ajudam a fazer leis, que ajudam este estado de Santa Catarina. Não será pelos erros de poucos que os outros vão pagar. Temos que fazer justiça.

A nossa imprensa está aí. Podemos até vender a notícia, mas vamos separar o joio do trigo, vamos separar os maus dos bons. E uso esta tribuna nesta tarde, sr. presidente Moacir Sopelsa, para fazer justiça.

Eu tenho orgulho dos companheiros que tenho aqui. Tenho o maior orgulho dos funcionários efetivos e não efetivos, dos comissionados que trabalham comigo. E todos sabem que é uma regra do deputado Elizeu Mattos e dos deputados da Casa ter o maior orgulho dos seus funcionários, independentemente se forem funcionários do gabinete ou funcionários desta casa, ou cedidos para esta Casa, que prestam serviço de qualidade, que ajudam a fazer leis e deliberar. Por isso, tenho orgulho desta Casa e dos funcionários desta Casa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Elizeu Mattos, apenas para acrescentar aqui tão grave como a imagem do funcionário desta Casa é a população cobrar de que nós, deputados, estamos nos aposentando com supersalários. Há uma confusão, inclusive recebemos e-mails todos os dias. A maioria dos deputados aqui paga INSS, e é bom esclarecer à população.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., que falou que 1982 era um menino. Em, 1982 me elegi prefeito de Araranguá, já não era mais tão menino. Então, já tenho um bocadinho de tempo; elegi-me também em 1990. E tenho orgulho de fazer parte deste parlamento desde 1990. Inclusive, não vejo nada que desabone a conduta de um parlamentar. Sempre defendi a situação da oposição que trabalha brilhantemente na defesa do povo.

Por isso, não podemos aceitar de braços cruzados coisas do passado que queiram trazer para o presente envolvendo aqueles que lutam e que têm responsabilidades e trabalho para prestar à população.

Então, v.exa. trouxe um tema muito importante. Por isso, quero cumprimentar v.exa., quero comungar com todas as suas palavras e dizer que continuo me orgulhando, porque esta Casa, tanto os servidores quanto os parlamentares, sempre me deram orgulho. Tenho orgulho do Parlamento. E não podemos pagar por erros que passaram.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Poderemos ser criticados, se levantada a questão e não tentamos corrigir. Mas a questão foi levantada, foi detectada, e este Parlamento, esta Casa, agiu de imediato. A Casa agiu, a Casa não se escondeu. Ela agiu.

Então, é importante separarmos o presente do passado. E o presente está resolvendo os erros do passado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB. Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham, o meu discurso no dia de hoje será numa outra linha, mas vou começar dando continuidade à palavra do eminente deputado líder do governo, Elizeu Mattos.

Tive duas ou três oportunidades recentemente de assomar a esta tribuna para falar também sobre esse momento que estamos vivendo nesta Assembleia. Quero ressaltar novamente que o que se está julgando é a exceção, não a regra. A regra nesta Casa tem sido muito clara.

Todos que têm acompanhado os trabalhos desta Casa, e estou aqui desde 1991, sabem muito bem que este Poder é formado, em primeiro lugar, por deputados eleitos legitimamente, e todos têm levado o seu mandato de acordo com o que a sua consciência rege e têm acima de tudo a vocação para fazer o melhor por Santa Catarina.

Em segundo lugar, estão os servidores desta Casa. E começo com os servidores efetivos desta Casa, que ao longo do tempo que estou aqui sempre fizeram o seu papel, o seu trabalho, tanto na área administrativa, técnica, como na área de assessoria parlamentar e muitas vezes até na área política, que não é o seu dever, a sua função, mas auxiliam.

Também quero ressaltar que tenho tido ao longo desse tempo boas parcerias e recebido dos servidores desta Casa um trabalho exemplar. Também cito os servidores comissionados e terceirizados que compõem todo esse grupo de servidores. Os servidores comissionados têm, sim, um papel até diferente, porque vêm por indicação política para os gabinetes ou até em funções administrativas pela Presidência ou pelo colegiado, a Mesa, mas também estão aqui trabalhando e fazendo o seu papel.

Não podemos esquecer os servidores terceirizados, que vêm compor esse grupo de servidores para preencher o espaço, a necessidade, quando não se tem um efetivo ou comissionado para completar.

Então, temos que parar com isso. Não podemos fazer com que esta Casa seja o alvo, a vitima em que todos querem jogar pedra. Não podemos permitir que olhem para a Assembleia Legislativa, tanto no que se refere ao parlamentar como aos servidores, como alvo imediato. E volto a dizer que se está olhando apenas a exceção.

Então, orgulho-me desse processo que vivo nesta Casa, desse exemplo que somos para o Brasil em muitas coisas. Mas isso ninguém fala. Ninguém fala na Escola do Legislativo que tem feito o seu trabalho, na transparência que esta Casa tem através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, do jornal informativo de todos os gabinetes, podendo informar o que se faz aqui no dia a dia e tantas outras coisas que aprimoramos e fizemos, num processo democrático de transparência.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, assisti à manifestação do deputado Elizeu Mattos, aparteado por alguns deputados, e vim para me associar a todas essas manifestações.

Estou aqui há 13 anos. Tenho muito orgulho de estar aqui, porque faço parte da diretoria da Unale há um longo período. Tenho participado das reuniões e tenho orgulho de dizer que sou deputado de Santa Catarina.

Tenho orgulho por aquilo que esta Casa representa tanto no corpo de parlamentares que a integra (e não somente desta legislatura, mas das quatro que integrei e das anteriores) como também pelo quadro dos servidores, dos efetivos, de carreira, que na grande maioria são pessoas que trabalham, que cumprem horário, que têm responsabilidade, doam-se e dedicam-se excessivamente, assim como os comissionados que fazem por merecer a função que ocupam. Grande exemplo disso tivemos na realização da maior conferência da história da Unale, neste ano, feita por servidores desta Casa. Foram quase 100 servidores que durante três meses, sem ganhar uma diária, uma hora extra sequer, dedicaram-se e fizeram um evento que o Brasil inteiro reconhece. E orgulho-me por ainda ser cumprimentado pelo brilhantismo do evento que envolveu toda a nossa Casa, todo o quadro de servidores.

Não podemos mais ficar apenas ouvindo, não, ou nos encolhendo até diante desses ataques permanentes que são feitos. Faz-se muita coisa boa aqui.

Agoa, com relação ao que ocorreu no passado, e ocorreu, o que está sendo feito é passar a limpo. Daqui para frente, diante das medidas que foram tomadas, diante de tudo que está sendo exposto, graças a Deus, a sociedade tem conhecimento, outrora não tinha, e não sei se os outros Poderes têm o mesmo conhecimento daquilo que se passa aqui dentro...

É hora de fazermos um enfrentamento, sim. Na semana passada reunimos, presidente a Escola do Legislativo para debater a questão do *bullying*, este mal do século que está matando crianças e adolescentes, levando ao suicídio e ao sofrimento. Só na semana passada foram mais de mil catarinenses, mais de mil professores em três cidades pequenas, em Pouso Redondo, em Octacílio Costa e em outra terceira cidade que nem me recordo onde.

Então, precisamos mostrar, porque tem muita coisa boa acontecendo aqui dentro - a maioria das coisas boas. E precisamos, sim, fazer esse debate permanentemente, porque não dá mais para ficar ouvindo tantas injustiças como as que estão sendo deferidas contra este Poder.

Parabéns pela manifestação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Apenas para cumprimentar v.exa., porque é isso que temos que fazer. O deputado Elizeu

Mattos está certo, temos que separar o mau do bom. Acho que é isso que temos que fazer e reparar, pois se foram cometidas injustiças, elas precisam ser reparadas.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Por último, quero aproveitar esses minutos, em nome da minha bancada, como presidente da comissão de Finanças, para fazer um convite aos deputados para comparecerem às nossas rês últimas audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Na segunda-feira, aqui, em Florianópolis, na Assembléia Legislativa, na quarta-feira, na cidade de Itajaí, englobando a cidade regional de Brusque, deputado Ciro Roza, também de Blumenau, deputado Ismael dos Santos, deputado Jean Kuhlmann, e também a regional de Timbó. E na quinta-feira na regional de Joinville, abrangendo também a regional de Jaraguá do Sul.

Quero aqui salientar a grande participação dos deputados em todas as audiências públicas, também a participação da população de uma forma geral, da sociedade organizada, dos secretários regionais, que estiveram presentes em todas as audiências públicas. Mas quero lamentar a ausência dos prefeitos, pois foi muita baixa a participação dos prefeitos nas audiências públicas. Podem lá ter seus motivos até de descrédito no Orçamento Regionalizado, mas isso não justifica, pois é a única oportunidade que eles têm de conhecer o Orçamento, o PPA. Mas infelizmente quero fazer esse registro da ausência dos prefeitos nas audiências.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passamos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0397/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0166/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0453/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0237/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que denomina de Affonso Böing a rodovia SC-421, no trecho compreendido entre o município de Vitor Meireles e o entroncamento com a Rodovia SC-114.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0596/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, 0597/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, 0598/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, 0599/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Comunica, ainda, que defere os Requerimentos n.s.: 1.394 e 1.415/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 1.395/2011, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, 1.397, 1.398 e 1.399/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 1.400, 1.401, 1.402, 1.403, 1.404, 1.405, 1.406, 1.407 e 1.408, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, 1.409, 1.410, 1.411, 1.412 e 1.413/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 1.416, 1.417, 1.418, 1.419, 1.420 e 1.421/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 1.396/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, solicitando o envio de mensagem ao gerente da Anatel em Santa Catarina e aos diretores das empresas de telefonia Oi e TIM, solicitando a instalação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel na comunidade de Rosário, município de Romelândia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, solicitando o envio de mensagem à ministra chefe da secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, ao senador Luiz Henrique da Silveira e ao deputado federal Mauro Mariani, solicitando a construção de túnel ou ponte sobre o rio Itajaí Açu, na divisa dos municípios de Itajaí e Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0100/2011, do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente do Senado e aos senadores, solicitando o desarquivamento e retorno à tramitação da PEC n. 0013/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção 0101/2011, da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao Lions Clube de Gaspar, parabenizando-o pela passagem dos 50 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0102/2011, da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao Lions Clube de Blumenau, parabenizando-o pela passagem dos 40 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0151/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes à pavimentação da rodovia SC-477, no município de Doutor Pedrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 152/2011, de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao Processo n. 100/80-CGE de que trata o Decreto n. 11.706/1980.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0153/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre as empresas que foram beneficiadas com incentivos fiscais através do Fundesc, no período de 1963 até 1975.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0154/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre as empresas do setor fumageiro que receberam incentivo fiscal no período compreendido entre 2006 e 2011, bem como os valores recebidos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0155/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre as empresas do setor primário que receberam incentivo fiscal no período compreendido entre 2006 a 2011, bem como os valores recebidos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0156/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser

enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as entidades que no exercício financeiro de 2010 até a presente data receberam recursos do Seitec.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0157/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o processo de alienação do imóvel situado na localidade de Tijuquinhas, no município de Biguaçu, cadastrado na Diretoria de Gestão Patrimonial sob o n. 00128.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0158/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o Processo de Licitação Pregão Presencial de n. 28/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0159/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao presidente do Ciasc, solicitando informações sobre os pagamentos realizados mensalmente, a título de remuneração dos servidores e membros ativos e inativos do MP-TCE, desde a edição da LC 202/2000.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Edison Andrino.

(Pausa)

Na ausência do deputado Edison Andrino, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quinta-feira, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 033ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h20, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se à importância da Interpraiais.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Registra a importância do prestigiamto do governo federal ao estado de Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores do município de Tigrinhos, Neri Neu, Anito Neu, Dejalma Miorando, Antônio da Silva, do município de São Miguel da Boa Vista, Lindomar Bonfanti, do município de Saudades, Celso Mohr e Darci Pedro Thomer, de Bom Jesus do Oeste, Elmer Zimmerman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Atendendo solicitação dos srs. líderes, vamos iniciar uma sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passamos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, é bom que a sociedade saiba que sessão extraordinária não é paga, que isso não existe mais.

Quero saudar os telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, a sociedade que prestigia o Parlamento na tarde de hoje.

Quero registrar a audiência pública que estamos marcando, talvez uma das maiores de Santa Catarina, pois vamos ter uma participação muito grande inclusive do Fórum Parlamentar.

O meu colega José Milton Scheffer tem andado comigo em todas as regiões da Interpraiais. E está marcada para o dia 22 de outubro, neste Parlamento, talvez uma das maiores audiências públicas com essa discussão, quando vamos ter a participação de todos os prefeitos do litoral, dos vereadores, da associação comercial, do CDL e também dos empresários ligados ao turismo.

A nossa região vem se destacando, crescendo, mas precisa crescer mais para sair desse patamar como a segunda mais pobre de Santa Catarina.

Tivemos a felicidade de levar algumas empresas para a região sul do estado,

importante e fundamental para gerar emprego e renda. Mas acho que a maior indústria que irá se instalar, com esse trabalho que estamos realizando no sul de Santa Catarina, é aquela que não tem chaminé nem fumaça, a indústria do turismo.

A serra do Faxinal será concluída, a licença está saindo, a serra da Rocinha está sendo licitada, enfim, juntando tudo, com a barragem do rio do Salto, com a BR-101 e a Interpraias, vamos nos transformar num potencial turístico sem limites. No Rio Grande do Sul, a região que mais cresceu foi aquela da Estrada do Mar, com investimentos faraônicos, com projetos importantes naqueles condomínios fechados que valem fortunas. Tudo na Estrada do Mar, realizado pelo senador Pedro Simon.

Agora, estamos trabalhando com a possibilidade de a nossa Interpraias não ser apenas um corredor, porque a BR-101 já é um corredor para o Rio Grande do Sul e para o Mercosul. Mas a Interpraias não será um corredor, será investimento que vai gerar muito emprego, muita renda, muito desenvolvimento, e não terá problemas de poluição, porque a indústria do turismo é sem chaminé.

Por isso, vamos trabalhar muito nessa direção. Evidentemente que todos os parlamentares estão ajudando: o José Milton Scheffer é o que está mais nesse trabalho; temos o apoio do Valmir Comin, do Joares Ponticelli, do Altair Guidi, do Dóia Guglielmi, do José Nei Ascarí. Estamos todos os deputados com um só pensamento.

Agora, mais do que nunca, precisamos do apoio deste Parlamento, deputado José Milton Scheffer, uma vez que vamos ter o Fórum Parlamentar presente nessa reunião, com a presença de senadores e de 16 deputados federais.

Aproveito a oportunidade para dizer que me equivoquei em relação à data da audiência pública. Não é no dia 21 de outubro, mas, sim, 21 de novembro, para dar tempo de mobilizar toda a região com a presença do Fórum Parlamentar, pois essa obra é fundamental, é a obra mais importante do sul do estado.

Teremos também a presença da SC Parcerias, do governador do estado, que é extremamente favorável, do vice-governador, que é do sul e sabe o que esta obra irá representar. Vamos construir juntos; esse grande mutirão vai beneficiar toda a região sul do estado. Tenho convicção de que vamos conseguir, principalmente quando lutamos com garra, com determinação e lealdade.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço com muita honra a palavra do meu colega deputado José Milton Scheffer, que com certeza irá contribuir muito nesse mutirão que haveremos de fazer para essa grande conquista da Interpraias no sul do estado, de Passo de Torres até Laguna.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Obrigado, nobre deputado Manoel Mota, o pronunciamento de v.exa. é de grande valia para chamar a atenção da sociedade catarinense pela importância da rodovia Interpraias que vai abrir uma nova fronteira de desenvolvimento turístico em Santa Catarina.

O sul possui belas praias, belos ambientes, mas não tem conseguido se desenvolver na mesma intensidade, no mesmo dinamismo das praias do norte de Santa Catarina. Falta-nos uma rodovia, um elo entre o Rio Grande do Sul até as praias de Laguna. E esse projeto da Interpraias, e v.exa. é presidente do fórum em defesa dessa rodovia, pretende realmente abrir essa nova fronteira, gerar novas oportunidades, fazer com que a sociedade possa contar com uma nova frente de desenvolvimento, de geração de emprego, de aproveitar aquilo que já é nosso, o que a natureza está nos ofertando de graça, que são as nossas belas praias do sul de Santa Catarina.

Por isso, a importância dessa audiência pública para chamar a atenção da sociedade catarinense, do governo, dos investidores, para esse potencial que está adormecido.

Quero cumprimentar v.exa. pela autoria dessa audiência, pelo trabalho que vem fazendo em prol da pavimentação, da construção dessa rodovia e somar o esforço de nosso mandato também nessa reivindicação que é justa, que é necessária e que vai sem dúvida nenhuma criar uma nova fronteira de desenvolvimento no sul de Santa Catarina.

Por isso, estamos juntos nessa caminhada, porque ela vai fazer o bem, o desenvolvimento, permitir que pessoas tenham novas oportunidades nas suas vidas e novos investimentos sejam feitos no sul de Santa Catarina. Isso é muito importante.

Quero agradecer a v.exa. o aparte e cumprimentá-lo pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o seu aparte e incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Deputado, Deus deu para nós o privilégio de ter as mais lindas praias e as belezas da serra, quer dizer, em uma hora, 40 minutos, podemos estar na praia e na serra. E essa beleza só Deus pode proporcionar ao ser humano.

Então, temos tudo isso para transformar em potencial turístico no sul do nosso estado. Agora, sabemos perfeitamente que é preciso muita luta e muito trabalho. E temos empresas já interessadas, há condições de investir, mas precisamos da garantia do governo, da contrapartida, para poder viabilizar a questão do pedágio.

O pedágio não pode ser um valor astronômico, tem que ser dentro da realidade. E se o governo der a contrapartida, evidentemente que teremos a garantia de investimento que inicia e que não para, porque 20 quilômetros de Laguna até Camacho já iniciou, então, tem 20 quilômetros a menos. E temos empresa para continuar a obra. Independentemente de ter dinheiro ou não, eles continuam, porque somente precisam da garantia do governo via SC Parcerias, para que possamos construir esse grande caminho, essa grande obra, para transformar o sul num grande potencial turístico no nosso estado.

Para isso precisamos contar com a força política deste Parlamento, com representantes no Congresso Nacional, que é nosso Fórum Parlamentar, que já garantiu presença nessa audiência.

Por isso, acreditamos que quem luta, trabalha, acaba vencendo. E o que estamos fazendo é lutar para buscar resultado para uma população que espera isso do parlamentar. E estamos aqui de corpo e alma para trabalhar e buscar resultados.

Até o dia 21 do mês que vem temos que beber café, almoçar e jantar Interpraias dentro de nós, para que possamos conquistar a grande obra do sul do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e pela Rádio Alesc Digital, sei que o meu líder, deputado Silvio Dreveck, usou do horário do partido para fazer uma manifestação sobre a vinda, a presença ilustre, ontem, aqui, no estado, do Ministro das Cidades, deputado Mário Negromonte, mas entendo necessária ainda a repercussão da presença do ministro, deputado, da importância do prestigiamento do governo federal ao estado de Santa Catarina.

Foi aqui, deputado Edison Andrino, que tivemos o primeiro evento de lançamento da segunda edição do Programa Minha Casa, Minha Vida. E o fato de o ministro vir com toda a sua equipe ao estado prestigiar o governador Raimundo Colombo, prestigiar o governo de Santa Catarina, e trazer a boa nova que trouxe, deputado, porque ninguém esperava...

Na realidade, o evento foi programado para o anúncio de pouco mais de 19 mil moradias, 19 mil casas, e ao final o Ministro Mário Negromonte trouxe a grande notícia de disponibilizar, deputado Sargento Amauri Soares, o atendimento da metade do nosso déficit habitacional.

Santa Catarina tem um déficit na área urbana de 145 mil moradias. Isso significa algo em torno de 600 mil catarinenses, algo próximo disso, deputado, que ainda não tem o direito sagrado a um teto ou que vivem de forma subumana, sem dignidade, embaixo de lonas, em submoradias. E quase 600 mil pessoas, algo em torno disso, é um número muito significativo.

Vejam que precisamos incluir ainda muita gente, deputado Manoel Mota, v.exa. que lá estava também, radiante. E sua irmã é quem preside a Cohab. Mas nem o próprio governador esperava que o ministro fosse anunciar aqueles números tão expressivos de 75 mil casas.

Essa é a disponibilidade, mas é claro que isso vai depender da nossa capacidade de gerenciar com as parcerias com os municípios, com Caixa Econômica, com o Banco do Brasil, de colocar os terrenos à disposição. Ficou muito claro, ontem, que o grande desafio é a disponibilidade dos terrenos, especialmente das áreas urbanas, em que o terreno representa o principal custo.

Mas a demonstração dada pela presença e pela manifestação do ministro Mário Negromonte, pela afirmação e pela disponibilidade desse numerário tão significativo de residências, demonstra que o governo do estado, que o governo federal e que o governo dos municípios, celebrando essas

parcerias, vão, ao longo dos próximos três anos e meio, resolver a metade do nosso déficit.

Portanto, foi um dia muito especial e significativo por conta desses números que foram anunciados. E agora nós, aqui na Assembleia, precisamos criar todas as condições para que a Cohab tenha as condições de motivar, ampliar e realizar o maior número de parcerias, para que possamos ver essas 75 mil residências entregues no menor espaço de tempo e essas mais de 300 mil pessoas incluídas e justicadas, socialmente falando.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Joares Ponticelli e dizer que eu também participei, ontem, juntamente com o eminente deputado Jailson Lima, desse momento ímpar no governo. E o ministro veio com uma simpatia sem limites. Vejam que a coisa mais linda e gratificante é poder entregar uma casa própria para alguém que não a tem. Como é bom ver o sorriso e as lágrimas pingando, porque as pessoas também choram de alegria.

Então, é a possibilidade de poder construir moradias nos 293 municípios, independentemente partido.

Precisamos atender à população, e o ministro veio com o mesmo pensamento, o governador do estado tem o mesmo pensamento e a Maria Darci Mota Beck tem o mesmo pensamento, ou seja, construir para os 293 municípios, porque esse é o grande compromisso com a Cohab de Santa Catarina. E tenho certeza de que, dentro dessa linha, vai ser construído e atendido.

Vejam que é a moradia para o filho do agricultor, para manter o homem no campo, e isso é extraordinário. Hoje, com uma nova tecnologia, está-se construindo uma casa de 51m² para o agricultor, e isso é fantástico. Quer dizer, o governo vai dar a contrapartida, e para manter o filho do agricultor lá o custo é praticamente zero. Então, isso dá a perspectiva de mantermos o homem no campo.

Por isso, acho que estamos no caminho certo para construir este estado cada vez com mais qualidade, garantindo àqueles que não têm um lar a dignidade de ter a sua casa própria.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O importante, deputado Jailson Lima, é o que isso representa não somente para as

famílias que vão receber um teto digno, mas também para a economia de Santa Catarina.

Conheço bem da matéria, porque a minha mulher é engenheira civil, trabalha nessa área e, inclusive, atua, há algum tempo, como fiscal da Caixa Econômica Federal. Portanto, percebo o aquecimento desse setor em Santa Catarina e no Brasil inteiro.

Mas R\$ 5 bilhões disponibilizados pelo governo federal para esse programa, com mais as contrapartidas do estado e dos municípios, naturalmente que vão representar um volume significativo de negócios e de movimentação econômica que vai gerar emprego e renda para Santa Catarina.

Então, acho que o momento é de agradecer ao ministro Mário Negromonte, que estava acompanhado do deputado João Pizzolatti, representando a nossa bancada federal, que é a responsável pela indicação. E, claro, é o momento de agradecer àquela que liberou, autorizou e concebeu esse programa ainda quando era ministra. E agora, na condição de presidente da República, a presidente Dilma Rousseff tem demonstrado... E aí acredito que é a sensibilidade de mulher falando mais alto, até porque o novo padrão de casas nessa versão dois do programa contempla outras preocupações que somente a mulher, e a mulher com a sensibilidade da presidente, poderia ter: uma casa ainda mais digna para oferecer melhores condições para os catarinenses e brasileiros que dependem desse programa.

Então, quero agradecer, deputado Jailson Lima, a ação do governo federal que demonstra comprometimento da presidente Dilma Rousseff, do seu governo com o estado de Santa Catarina e com os catarinenses.

Para encerrar, deputado Silvio Dreveck e deputado José Milton Scheffer - até porque ontem levantei esse assunto na bancada, porque entendo que precisamos, como representantes desta Casa e não apenas como representantes de bancadas -, é chegada a hora de chamarmos essa tal de Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, para prestar alguns esclarecimentos nesta Casa. Não dá mais para calar diante do descaso e da péssima qualidade do serviço de telefonia móvel em Santa Catarina e no Brasil.

Estive na cidade de Natal, na reunião da Unale, quarta-feira e quinta-feira, deputado Jailson Lima, onde não se conseguia segurar uma ligação por mais de um minuto e meio, no máximo dois minutos, e a ligação caía, tive que tentar mais três ou quatro vezes. E aqui no estado está assim também. O serviço de telefonia móvel é o pior de todos aqueles que estão disponíveis ao cidadão. É uma vergonha!

Eu não consigo mais me conformar com essa situação, porque essas empresas investem milhões em campanhas publicitárias, basta assistir a qualquer canal de televisão no horário nobre para ver a guerra da TIM, Claro, Oi, Nextel, sendo que todas, sem exceção, oferecem uma péssima qualidade de serviço. É uma nojeira, uma vergonha e um desrespeito, porque pagamos caro, e eles investem numa publicidade mentirosa, sem consequência, porque o serviço não presta. O serviço de telefonia móvel está uma vergonha, e precisamos chamar essa agência aqui para exigir providências.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Considerando o tempo que o deputado Manoel Mota usou do seu tempo para essa troca de gentilezas e cortesias - quem diria, deputado Silvio Dreveck - e tendo em vista a importância dos temas citados, habitação e telefonia, iria lhe conceder mais uns três minutos para que v.exa. pudesse concluir o seu pensamento.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria apenas de registrar a presença de alguns vereadores do município de Tigrinhos, Neri Neu, Anito Neu, Dejalma Miorando, Antônio da Silva; do município de São Miguel da Boa Vista, Lindomar Bonfanti; do município de Saudades, Celso Mohr e Darci Pedro Thomer; de Bom Jesus do Oeste, Elmer Zimmerman.

Sejam todos bem-vindos a nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos! O Parlamento Catarinense agradece e enaltece a presença desses vereadores, porque eles são representantes legítimos das cidades e aqui vem para desenvolver ações de interesse dos seus municípios.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 058-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Edison Andrino para ausentar-se do País, no período de 26 de outubro a 1º de novembro do

corrente ano, a fim de participar da Reunião de Trabalho da Comissão de Saúde e Previdência Social da Confederação Parlamentar das Américas - COPA, em Havana, Cuba.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 26 de outubro de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia quatorze de setembro do ano de dois mil e onze, sob a presidência do senhor Deputado José Milton Scheffer, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da quinta reunião ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia que contou com a presença dos senhores Deputados Edison Andrino, Carlos Chiodini e da senhora Deputada Luciane Carminatti, representando o Deputado Dirceu Dresch. O senhor Presidente fez a leitura das justificativas de ausência dos Deputados Jorge Teixeira, Dóia Guglielmi e da Deputada Angela Albino. Dando continuidade, o senhor Presidente cumprimentou os presentes e colocou em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando sequência, o senhor Deputado Edison Andrino pediu diligência do OF./0576.0/2011, que "Encaminha a documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Empresarial de Rio Negrinho - Acirne, referente aos exercícios de 2010 e 2011". Na sequência, o senhor Presidente leu o seu relatório do PL./0373.5/2011, de autoria do Governador do Estado, que "Institui o Programa Juro Zero, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no Estado de Santa Catarina", proferindo pela aprovação. Colocado em discussão o parecer, foi aprovado por unanimidade. Continuando, o senhor Presidente colocou em votação o OF./0575.9/2011, de autoria da entidade social, que "Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Empresarial de São Bento do Sul - ACISBS, referente aos exercícios de 2010 e 2011." A senhora Deputada Luciane Carminatti, representando o senhor Deputado Dirceu Dresch, pediu pelo diligenciamento do ofício. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Ronédy De Bonna Piva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado José Milton Scheffer
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE PONTO ELETRÔNICO (REGISTRADOR E SOFTWARE), INCLUINDO A INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL.

DATA: 10/11/2011 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 10 de novembro de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, 6º andar do Edifício João Cascaes localizado na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 27 de outubro de 2011.

Lonnate Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º2894/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 032/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO, VISANDO A REFORMA E READEQUAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA DA ALESC.

ITEM ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: COEPTIS LTDA ME

Valor total global último lance: R\$ 17.000,00

Florianópolis, 27 de outubro de 2011

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

PREGOEIRA

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 621/11

Joinville, 18 de outubro de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ROTARY CLUB DE JOINVILLE SUL**, referente ao exercício de 2010.

Ieda Aparecida Matos Elyas

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 622/11

Ofício nº 013/2011

Joinville, 13 de outubro de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **SOCIEDADE ESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL DO BAIRRO ITINGA**, referente ao exercício de 2010.

Vereador Osmar Fritz - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 623/11

Ofício nº 13/2011 Luis Alves, 20 de outubro de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **FUNDAMED - FUNDAÇÃO MÉDICA ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL DE LUIS ALVES (HOSPITAL HOSCOLA)**, referente ao exercício de 2010.

Zilmara de Lourdes Eich

Administradora FMATRLA

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 624/11

Blumenau (SC), 17 de outubro de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ASSOCIAÇÃO CASA SÃO SIMEÃO**, referente ao exercício de 2010.

Roberto Esmeraldino

Presidente da Associação Casa Simeão

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2919, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VALDETE TERESINHA HEINZ DALBOSCO,

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2920, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 1608, na DL - Coordenadoria de Orçamento Parlamentar.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2921, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2007/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **VANOIR GUAREZI ZACARON**, matrícula nº 1394, por 15 (quinze) dias, a contar de 13 de outubro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2922, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2009/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **JOÃO MARIA GOMES DA SILVA**, matrícula nº 0457, por 60 (sessenta) dias, a contar de 18 de outubro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2923, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2011/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **SÉRGIO AUGUSTO MACHADO**, matrícula nº 0581, por 15 (quinze) dias, a contar de 20 de outubro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2924, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0633	Luiz Henrique Belloni Faria	30	11/10/11	2005/2011
6802	Juliana Cascaes de Aquino Schneider	07	18/10/11	2010/2011

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2925, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2004/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **FÁTIMA REGINA PEREIRA**, matrícula nº 1042, por 30 (trinta) dias, a contar de 11 de outubro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2926, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2006/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **MARIA LÚCIA FEDELI GONÇALVES**, matrícula nº 2103, por 15 (quinze) dias, a contar de 13 de outubro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2927, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1606	Ana Maria Maia Ramos	60	11/10/11	2002/2011
1232	Maria Regina Garcia Pereira	60	11/10/11	2003/2011
1282	Richard Silva	30	17/10/11	2008/2011

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2928, de 27 de outubro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1848	Ivan Althoff de Medeiros	60	09/10/11	2000/2011
0992	Moacir Sacenti	60	10/09/11	2001/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 472/11

Define a Agricultura Urbana, dispõe sobre Programa de Apoio e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Agricultura Urbana de Santa Catarina, como parte da política agrícola, em harmonia com a política urbana e voltada para a segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis.

Parágrafo Único. Entende-se como agricultura urbana, para efeito desta Lei, o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, plantas medicinais, espécies frutíferas, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano, em áreas urbanas e periurbanas, de acordo com o Plano Diretor dos respectivos municípios.

Art. 2º O Programa de Apoio à Agricultura Urbana contribuirá com a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Art. 3º São objetivos do Programa de Apoio à Agricultura Urbana:

I - ampliar as condições de acesso à alimentação e aumentar a disponibilidade de alimentos, inclusive para autoconsumo;

II - gerar empregos e renda, especialmente por meio da agregação de valor aos produtos;

III - priorizar a saúde e o estado nutricional da população materno-infantil e de outras populações específicas, combatendo a desnutrição e a mortalidade materno-infantil;

IV - ampliar e aprimorar os programas institucionais de alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, restaurantes populares, estabelecimentos penais e outros;

V - garantir a qualidade higiênico-sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos processados no seu âmbito;

VI - estimular práticas alimentares e hábitos de vida saudáveis;

VII - promover o trabalho familiar e de cooperativas, associações e outras organizações da economia popular e solidária;

VIII - estimular práticas de cultivo, criação e beneficiamento que previnam, combatam e controlem a poluição e a erosão em quaisquer de suas formas; protejam a flora, a fauna e a paisagem natural e tenham como referência a agricultura sustentável;

IX - estimular práticas que evitem, minimizem, reutilizem, reciclem, tratem e disponham adequadamente dos resíduos poluentes, perigosos ou nocivos ao meio ambiente, à saúde humana e ao bem-estar público;

X - estimular a cessão de uso de imóveis particulares para o desenvolvimento, em parceria, de programas de combate à fome e à exclusão social;

XI - aproveitar os imóveis públicos não utilizados ou subutilizados;

XII - promover a realização de diagnósticos urbanos participativos.

Art. 4º A utilização de imóvel para a agricultura urbana, nos termos desta Lei, será considerada como indutora da função social da propriedade, sem prejuízo da aplicação e outros instrumentos definidos pelos Municípios em conformidade com o art. 186 da Constituição Federal.

Art. 5º O Programa de Apoio à Agricultura Urbana será desenvolvido mediante cooperação com os Municípios, de acordo com suas autonomias e competências, e com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional- Consea/SC

Art. 6º São instrumentos da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana:

I - o crédito e o seguro agrícola;

II - a educação e a capacitação;

III - a pesquisa e a assistência técnica; e

IV - a certificação de origem e a qualidade de produtos.

Parágrafo único. Os instrumentos de que trata o caput deste artigo serão compatibilizados com outros instrumentos consignados nos institutos jurídicos, tributários e financeiros nos planejamentos municipais, especialmente nos planos diretores, com o objetivo de abranger aspectos de interesse local e garantir as funções sociais das cidades e da propriedade, nelas incluídos a vocação ecológica, o meio ambiente e o patrimônio cultural.

Art. 7º As ações de apoio à agricultura urbana dar-se-ão de forma integrada entre si e com as ações de segurança alimentar e nutricional sustentável, com habitação, assistência social, saúde, educação, geração de emprego e renda, formação profissional e proteção ambiental.

Art. 8º A gestão do Programa de Apoio à Agricultura Urbana observará os seguintes procedimentos:

I - coordenação das ações destinadas à consecução dos seus objetivos;

II - análise da viabilidade técnica e econômica das ações e dos programas a serem desenvolvidos;

III - orientação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução das ações e dos projetos desenvolvidos;

IV - viabilização do suporte técnico e financeiro necessário ao desenvolvimento de suas ações;

V - estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, a fim de potencializar as suas ações;

VI - desenvolvimento de atividades de formação profissional, especialmente nas áreas da produção, da administração e da comercialização;

VII - estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais, universidades e outras instituições de ensino, visando à realização de cursos e outras atividades pedagógicas;

VIII - promoção da divulgação de suas atividades, especialmente entre os beneficiários prioritários referidos no art. 9º desta Lei;

IX - manutenção de cadastro dos projetos desenvolvidos no seu âmbito;

X - identificação e seleção de imóveis públicos e privados, especialmente daqueles sob linhas de transmissão de energia, aptos para destinação à agricultura urbana;

XI - constituição de espaços públicos destinados à comercialização dos produtos da agricultura urbana, tais como feiras, exposições, mercados e centrais de abastecimento;

XII - estímulo à comercialização dos produtos da agricultura urbana por meio da criação de espaços privados, tais como feiras e centrais de comercialização e abastecimento;

XIII - estímulo à criação de redes solidárias que liguem os agricultores urbanos às organizações de consumidores;

XIV - promoção da utilização de selo de identificação de origem e qualidade dos produtos da agricultura urbana;

XV - promoção de formas e instrumentos de agregação de valor aos produtos; e

XVI - promoção da defesa sanitária animal e vegetal.

Art. 9º. São beneficiários prioritários da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, cadastradas pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 25/10/11

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei cria o Programa de Apoio à Agricultura Urbana de Santa Catarina, e define uma política agrícola em harmonia com a política urbana, voltada para a segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis. A definição de uma agricultura urbana como o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, plantas medicinais, espécies frutíferas, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano, criará uma importante alternativa de renda e de fortalecimento nutricional.

Em todo o mundo existem 800 milhões de pessoas que se dedicam à prática de agricultura urbana, o que corresponde a 15% da produção mundial de alimentos, sendo que nos países da comunidade europeia, 30% da agricultura é praticada por agricultores e agricultoras em tempo parcial, já que têm outras profissões ou atividades.

Os benefícios promovidos pelas hortas comunitárias urbanas são inúmeros. A crescente necessidade de espaços verdes dentro das cidades surge como consequência do processo acelerado de urbanização. A expansão urbana atual culmina no despovoamento de bairros tradicionais, impondo muitas vezes uma volumetria excessiva às novas construções, a degradação de espaços, a destruição de antigas hortas e uma generalizada degradação da qualidade ambiental. Surgem então espaços abertos degradados, vazios urbanos, núcleos de segregação social, muitas vezes ocupados de forma irregular e em locais inóspitos.

A oportunidade da utilização desses espaços para uma ocupação agrícola, sempre que as condições permitirem, como propõe esta matéria, dará origem ao conceito de hortas urbanas. Este fenômeno não é mais que o reflexo de uma das necessidades mais básicas do ser humano: a dependência da paisagem rural. Esta é indispensável não só à existência como à manutenção das cidades. Hoje em dia, devido às dimensões das grandes cidades e das suas áreas metropolitanas torna-se necessária a sua presença intrínseca, que garanta a continuidade da natureza e assegure o funcionamento dos sistemas ecológicos, dependentes da circulação do ar, da água e da matéria orgânica. Estes espaços permeáveis, na sua essência, e plenos de vida, têm uma importância indispensável para a sustentabilidade ambiental e para a manutenção da biodiversidade, ajudando à continuidade de corredores verdes no interior dos perímetros urbanos, assegurando uma maior qualidade ambiental e de vida para os habitantes locais.

O presente projeto, além de proporcionar a geração de emprego e renda - promovendo a reinserção social - e a melhoria do padrão alimentar, também servirá como terapia ocupacional, o que inclui pessoas voluntárias, como os aposentados. A existência destes pequenos espaços livres cultivados no espaço urbano, representará para muitas famílias uma necessidade não só econômica como cultural, que deve ser incentivada e não ignorada.

A matéria proposta possibilitará a instalação e a manutenção das hortas comunitárias, de forma que a produção seja garantida para o consumo de subsistência das famílias diretamente envolvidas e o excedente seja comercializado nas feiras e também integre o a alimentação escolar no município, conforme a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica.

Não somente as hortas comunitárias, mas também as feiras ocuparão espaços ociosos no aglomerado urbano, aproximando o cidadão produtor às técnicas e costumes da agricultura familiar, e o cidadão consumidor terá a oportunidade do acesso a alimentos mais baratos e saudáveis.

Em Minas Gerais, a política de apoio à agricultura urbana foi instituída pela Lei nº 15.973, de 12 de janeiro de 2006 e regulamentada pelo Decreto nº 44.720, de 12 de fevereiro de 2008.

Na Declaração dos Ministros dos Estados Partes do MERCOSUL sobre Compras e Aquisições Públicas de Alimentos da Agricultura Familiar, assinada em 18 de novembro de 2010, em Brasília (DF), as autoridades responsáveis pela agricultura familiar dos Estados Partes destacaram que seus países contribuem para o Programa Especial de Segurança Alimentar da FAO, e entre outros compromissos, assumiram o apoio às práticas de segurança alimentar em escala nacional e incentivar o investimento em redes de infraestrutura rural, geração de renda agrícola e não-agrícola, agricultura urbana e segurança alimentar.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) já publicou editais públicos direcionados a municípios integrantes dos Territórios da Cidadania. São apoiados projetos de comercialização direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar nos Territórios da Cidadania e nos territórios Consad. Os recursos serão destinados à implantação e modernização de feiras livres e mercados populares para comercialização da produção dos pequenos produtores.

A coordenadoria-geral de Agricultura Urbana do MDS integra ações de governo e busca articular várias políticas públicas nos territórios onde acontecem as ações locais neste setor. Participam dos editais pequenos agricultores familiares, chacareiros urbanos e peri-urbanos, beneficiários do Bolsa Família, além de membros de associações e cooperativas de municípios incluídos no Programa Territórios da Cidadania dos territórios Consad.

O sucesso presumido da presente proposta de lei encontra respaldo na parceria com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads), que são organizações territoriais, institucionalmente formalizadas, com um número definido de municípios, que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda. Constituem-se como associações civis sem fins lucrativos, formadas por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município participante.

Portanto, a matéria tramita à disposição dos ajustes eventuais de mérito em seu texto, da qual submeto ao julgamento dos (as) ilustres Pares nesta Casa Legislativa, a quem peço o apoio, contribuindo com o desenvolvimento das unidades familiares de produção.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 473/11

Declara de utilidade pública ao Instituto do Desenvolvimento Social- BOM PRATO, com sede no município de Palhoça.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública ao Instituto do Desenvolvimento Social- BOM PRATO, com sede no município de Palhoça.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Mauricio Eskudlark

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual do instituto em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados à comunidade, em especial de seus associados, através da promoção de diversas atividades de caráter social, recreativo, esportivo, cultural e beneficente.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 474/11

Declara de utilidade pública a Associação de Esportes e Centro de Treinamento Bugre do Oeste, com sede no município de São Miguel do Oeste.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Esportes e Centro de Treinamento Bugre do Oeste, com sede no município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Mauricio Eskudlark

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual a associação em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados à comunidade, em especial de seus associados, através da promoção de diversas atividades de caráter social, recreativo, esportivo, cultural e benéfico.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 475/11

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos Vereadora Rita Quadros, de São João do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos Vereadora Rita Quadros, com sede no município de São João do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos Vereadora Rita Quadros, com sede no município de São João do Sul.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover a aproximação e cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares, interagir junto à escola como instrumento de transformação de ação, promovendo o bem estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social.

Neste contexto, para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 476/11

Concede o título de Cidadã Catarinense a Senhora Dilma Vana Rousseff.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Catarinense a Senhora Dilma Vana Rousseff.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

1º Secretário/ALESC

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A Senhora Dilma Vana Rousseff, nasceu em Belo Horizonte, em 14 de dezembro de 1947, formada em economia, foi ministra de Minas e Energia e posteriormente, da Casa Civil. Em 2010, foi eleita Presidente da República Federativa do Brasil.

Desde que assumiu a Chefia do Ministério de Minas e Energia, a Presidenta Dilma já mostrava ser amiga do estado de Santa Catarina, liberando recursos, continuou o apoio ao assumir a Casa Civil, estando presente durante as enchentes do ano de 2008, falou que nos viu com grande determinação, uma força imensa, uma energia forte, aprovou projetos de grande importância para o nosso estado.

Depois de eleita Presidente, já esteve no estado, entre outros compromissos, a entrega de unidades habitacionais em Blumenau e mencionou a importância da duplicação da BR 470, assegurando o cumprimento da obra.

A forma ágil de providências de socorro, após as enchentes de setembro/2011, demonstra o respeito e carinho com os catarinenses, tomando as providências necessárias, como liberação de linhas de crédito a empresas e a liberação do fundo de garantia aos atingidos.

Em apenas uma semana recebemos a visita de quatro ministros e R\$ 5,07 bilhões anunciados para o estado de Santa Catarina, assim relacionados: Ministro das Cidades, da Cultura, da Integração Nacional e da Secretaria da Política para Mulheres, e por uma representante do Ministério da Saúde. Juntos, Ministérios das Cidades, Cultura e Integração anunciaram investimentos de R\$ 5,07 bilhões.

No dia, 18/10/2011, Santa Catarina aderiu à segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida. Durante solenidade realizada em Florianópolis, o ministro das Cidades, Mário Negromonte, anunciou a liberação de R\$ 5 bilhões para a construção de 75 mil unidades residenciais em cidades catarinenses até 2014. O número é três vezes maior do que as 24 mil unidades estipuladas na primeira fase, meta que acabou superada com folga (33 mil). Prefeitos de 55 municípios catarinenses aderiram à segunda etapa do programa do governo federal. - contra 26 na primeira etapa.

Das 75 mil unidades anunciadas pelo ministro para SC, de um total de 1,2 milhão no país, mais de 20 mil serão destinadas às famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos R\$ 1,6 mil. O valor dos imóveis para esta faixa é de até R\$ 56 mil na Capital e região metropolitana, de R\$ 48 mil, nas cidades com população entre 20 mil e 50 mil habitantes, e R\$ 52 mil, nas demais localidades. O programa prevê um padrão mais elevado de construção nesta etapa, que inclui área construída maior, revestimento cerâmico em todas as paredes da cozinha e do banheiro e até aquecimento solar.

No dia 20/10/2011, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, anunciou o repasse de R\$ 66,2 milhões, para execução de obras de reconstrução e recuperação das cidades atingidas pelas enchentes. O valor do repasse para o estado é de R\$ 50 milhões. Os municípios beneficiados são Brusque R\$ 2,1 milhões,

Laurentino R\$ 1 milhão, Rio do Sul R\$ 4 milhões, Agrônômica R\$ 414 mil, Presidente Getúlio R\$ 1,9 milhão, Aurora R\$ 950 mil, Taió R\$ 1,5 milhão, Lontras R\$ 1,4 milhão e Ituporanga R\$ 2,8 milhões. As portarias (nºs 729 a 738) referentes a essas liberações foram publicadas no Diário Oficial da União da quarta-feira (19/10).

Ainda, no mesmo dia, a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, inaugurou o *Espaço Mais Cultura - Animando a Cultura na Ilha*, em Florianópolis, a primeira das 14 estruturas de tecnologia voltadas para a produção cultural em suporte digital. O espaço inaugurado é resultado de parceria entre o Minc, Ministério das Cidades e a prefeitura de Florianópolis e faz parte do projeto Maciço do Morro da Cruz, que recebe obras de infraestrutura e combate à miséria com recursos do PAC Urbanização de Favelas, do governo federal.

O Espaço Mais Cultura - instalado em prédio da Fundação Vidal Ramos, ligada ao Senac - vai atender a 90 pessoas por dia, com prioridade para moradores das comunidades do Maciço do Morro da Cruz. As vagas excedentes serão oferecidas para artistas, voluntários e pessoas com interesse em tecnologias destinadas à produção cultural. A proposta é difundir todo o material produzido a partir das oficinas que serão ministradas no Espaço em portal próprio do projeto *Animando a Cultura na Ilha*. O MinC investiu R\$ 754 mil no projeto de Florianópolis, que conta com estúdio para gravação em áudio e sala adaptada para a criação e desenvolvimento de projetos com 40 computadores de última geração já instalados.

Pelo exposto, solicito a aprovação dos nobres Parlamentares, para que a Excelentíssima Senhora Dilma Vana Rousseff receba o título de cidadã catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 477/11

Declara de utilidade pública o Instituto Ajorpeme - Ética e Desenvolvimento Social, de Joinville.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Ajorpeme - Ética e Desenvolvimento Social, com sede no município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

JUSTIFICATIVA

O Instituto Ajorpeme - Ética e Desenvolvimento Social, com sede no município de Joinville, que pretende ser reconhecido de utilidade pública estadual, tem como objetivo trabalhar a responsabilidade social, seus benefícios e suas obrigações, bem como, na comunidade de Joinville e região, na área da educação por meio de projetos sociais específicos.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 478/11

Altera a Lei nº 5.035, de 2 de julho de 1974, que declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial e Hospitalar de Palmitos, de Palmitos.

Art. 1º A Lei nº 5.035 de 2 de julho de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública o Hospital Regional de Palmitos”.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital Regional de Palmitos.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa alterar a Lei nº 5.035, de 2 de julho de 1974, em razão da mudança de denominação da entidade para Hospital Regional de Palmitos, verificada na documentação acostada ao processo, em atendimento ao art. 5º da Lei nº 15.125, de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 479/11

Altera Lei nº 10.700, de 8 de janeiro de 1998, que declara de utilidade pública o Instituto Catarinense de Reabilitação do Potencial Humano, de Joinville.

Art. 1º A Lei nº 10.700, de 8 de janeiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública o Instituto de Reabilitação do Potencial Humano, de Joinville.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Reabilitação do Potencial Humano, com sede no município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa alterar dispositivos da Lei estadual nº 10.700, de 8 de janeiro de 1998, que declara de utilidade pública o Instituto Catarinense de Reabilitação do Potencial Humano, do município de Joinville.

O Instituto Catarinense de Reabilitação do Potencial Humano de Joinville presta importantes serviços no atendimento à população, especialmente na atividade de defesa e de direitos sociais.

No que se refere à legislação, já é reconhecido como de utilidade pública municipal, estadual e federal.

Entretanto, foi realizada uma alteração estatutária, na qual foi estabelecida nova denominação, fazendo-se necessário alterar os dispositivos da Lei estadual nº 10.700, atualizando a nomenclatura utilizada na referida Lei.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 480/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 330

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o projeto de lei que "Dispõe sobre a alteração do art. 1º da Lei nº 11.496, de 19 de julho de 2000, que disciplina a admissão de servidor em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para exercício na Polícia Militar de Santa Catarina".

Florianópolis, 24 de outubro de 2011.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

E M nº 331.2/GABS/SSP

Florianópolis, 27 de janeiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o **Processo SEA 22544/2010**, contendo minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre alteração do art.1º da Lei 11.496/2000, que disciplina a admissão de servidor em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para exercício na Polícia Militar de Santa Catarina.

Segundo exposto pelo Comandante - Geral da Polícia Militar, no Ofício nº 1064/Comdo-G/2010, que capeia o referido Processo, a medida é necessária para adequar a rotina administrativa de contratação e custeio do ensino infantil na Polícia Militar (Creche e pré-escola), atualmente realizado através do Colégio Feliciano Nunes Pires, propondo a inclusão do ensino infantil dentre as modalidades de ensino constantes do artigo primeiro da Lei nº 11.496/2000.

Afirma, ainda, o Comandante da Corporação que a proposta de adequação não repercutirá ou criação de despesa ao Estado, por se tratar de mero ajuste terminológico.

A matéria foi instruída tanto nesta Pasta como nas Secretarias de Estado da Administração e Fazenda (SEF), conforme elencado: **Parecer nº 50/10** (fls. 05-09), da Assistência Jurídica do Comando - Geral da Polícia Militar; **Informação nº 426/2010** (fls. 10-11), da Consultoria Jurídica desta Pasta; **Informação nº 874/2010** (fls.13-14), da Gerência de Ingresso e a Movimentação de Pessoal da SEA; **Parcer COJUR nº 192/2011** (25-28), da Consultoria Jurídica da SEF; **Informação DITE nº 340/2011** (fls.30), da Diretoria Jurídica da SEF; bem como **Deliberação nº 753/2011** (fls.31), do Grupo Gestor, manifestando pelo deferimento do pedido.

Diante do exposto, encaminho ao exame de Vossa Excelência referida minuta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

César Augusto Grubba

Secretário de Estado da Segurança Pública

PROJETO DE LEI Nº 480.7/2011

Dispõe sobre a alteração do art. 1º da Lei nº 11.496, de 19 de julho de 2000, que disciplina a admissão de servidor em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para exercício na Polícia Militar de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.496, de 19 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os cursos de ensino infantil, fundamental, médio e superior, bem como os de formação, especialização, aperfeiçoamento e capacitação, ministrados no âmbito da Polícia Militar, serão realizados, conforme estabelecem as normas de instrução e ensino da Corporação, por meio da Diretoria de Instrução e Ensino, órgão integrante da estrutura organizacional da Polícia Militar de Santa Catarina." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 481/11

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Cebola de Santa Catarina - APROCESC, com sede no município de Ituporanga.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores de Cebola de Santa Catarina - APROCESC, com sede no município de Ituporanga.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/11

JUSTIFICATIVA

Na forma preconizada pela Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, que "Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual", as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado, com fins não econômicos, que desenvolvam, no âmbito do Estado, atividades de interesse coletivo, poderão ser declaradas de utilidade pública com o fito de usufruir todos os direitos e vantagens legais inerentes à titulação requerida.

Com efeito, a Associação dos Produtores de Cebola de Santa Catarina - APROCESC é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo congregar os produtores e instituições ligadas à cultura da cebola, através da promoção de ações sociais e culturais.

Diante do exposto, apresento o presente projeto de lei e solicito aos Pares desta Casa a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 482/11

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Emanuel - ABET, com sede no município de Taió.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Emanuel - ABET, com sede no município de Taió.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/11

JUSTIFICATIVA

Na forma preconizada pela Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, que “Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual”, as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado, com fins não econômicos, que desenvolvam, no âmbito do Estado, atividades de interesse coletivo, poderão ser declaradas de utilidade pública com o fito de usufruir todos os direitos e vantagens legais inerentes à titulação requerida.

Com efeito, a Associação Beneficente Emanuel - ABET é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos, independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça ou crença religiosa.

Diante do exposto, apresento o presente projeto de lei e solicito aos Pares desta Casa a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 483/11

Declara de utilidade pública o Clube de Veículos Antigos de Balneário Camboriú e Itajaí, de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Veículos Antigos de Balneário Camboriú e Itajaí, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dado Cherm

Lido no Expediente

Sessão de 26/10/11

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública o Clube de Veículos Antigos de Balneário Camboriú e Itajaí, com sede no município de Balneário Camboriú.

Trata-se de uma entidade com fins não econômicos, que tem por finalidade congregar proprietários e apreciadores de veículos antigos, promovendo a aproximação entre eles, de modo a estimular o companheirismo e o espírito de colaboração efetiva entre os apreciadores do antigomobilismo, concorrer para a preservação do patrimônio automobilístico de época, promover eventos de caráter social e cultural, passeios, defiles e exposição de veículos antigos.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO**RESOLUÇÃO Nº 011, de 27 de outubro de 2011**

Altera as Resoluções nºs 001 e 002, de 2006, e adota outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea “k” do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 2º e 57 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 2º

.....

III - Gabinete da Presidência

a) Chefia de Gabinete da Presidência

.....

6. Secretaria Executiva de Relações Institucionais

6.1. Assessoria para Assuntos Nacionais e do Mercosul

6.2. Assessoria para Assuntos Internacionais

.....

Art. 57. Estão vinculadas e subordinadas à Coordenadoria de Eventos a Gerência de Cerimonial e a Gerência Cultural.” (NR)

Art. 2º Ficam acrescidos a Seção VI e o art. 17-A no Capítulo IV do Título II, e a Seção II e o art. 57-A no Capítulo II do Título III à Resolução nº 001, de 2006, com a seguinte redação:

“TÍTULO II

.....

CAPÍTULO IV

.....

Seção VI

Da Secretaria Executiva de Relações Institucionais

Art. 17-A. À Secretaria Executiva de Relações Institucionais compete, especialmente:

I - sugerir, apresentar, desenvolver e acompanhar projetos de interesse do Gabinete da Presidência;

II - receber e acompanhar autoridades, delegações e visitantes;

III - coordenar as atividades voltadas ao relacionamento externo da Assembleia Legislativa;

IV - organizar, em parceria com outros setores da Assembleia Legislativa, eventos, recepções e seminários;

V - definir o conteúdo de materiais promocionais e informativos relacionados às relações institucionais;

VI - organizar e assessorar as viagens e missões nacionais e internacionais oficiais dos Deputados;

VII - propor a elaboração de convênios e acordos internacionais;

VIII - elaborar relatórios oficiais;

IX - dar apoio logístico e de comunicação, ao estreitamento de relações com instituições e organizações locais, nacionais e internacionais, e com os outros Poderes;

X - coordenar missões e respectivas agendas;

XI - acompanhar a execução dos convênios e acordos celebrados, produzindo relatórios periódicos e finais, e manter sob sua guarda os documentos originados;

XII - prestar assessoramento, sob determinação da Presidência, às instituições e organizações nacionais e estrangeiras;

XIII - promover e acompanhar políticas e acordos de integração com os Estados da Federação e outros Países; e

XIV - colaborar com projetos de comunicação social estratégicos, de forma a promover a imagem e o relacionamento dos Deputados junto à sociedade, abrangendo as instituições parlamentares, seja de âmbito local, municipal, estadual, nacional ou internacional.

.....

TÍTULO III

CAPÍTULO II

Seção II

Da Secretaria Executiva de Relações Institucionais

Art. 57-A. Estão vinculadas e subordinadas à Secretaria Executiva de Relações Institucionais:

I - a Assessoria para Assuntos Nacionais e do Mercosul, à qual compete, especialmente:

a) atuar, promover e desenvolver políticas e acordos de integração com os Estados da Federação junto ao Mercosul;

b) trabalhar de forma integrada e cooperativa, buscando obter excelência nas atividades de competência da Secretaria Executiva de Relações Institucionais;

c) produzir e expedir ofícios internos, externos e demais documentos oficiais;

d) coordenar por delegação da Secretaria Executiva missões e respectivas agendas;

e) acompanhar e manter atualizada toda informação produzida em âmbito municipal, estadual, nacional, de interesse do Mercosul; e

f) manter sob guarda os documentos produzidos ou gerados pela Assessoria para Assuntos Nacionais e do Mercosul;

II - a Assessoria para Assuntos Internacionais, à qual compete, especialmente:

a) atuar, promover e desenvolver políticas e acordos de integração internacionais;

b) trabalhar de forma integrada e cooperativa, buscando obter excelência nas atividades de competência da Secretaria Executiva de Relações Institucionais;

c) produzir e expedir ofícios internos, externos e demais documentos oficiais;

d) coordenar por delegação da Secretaria Executiva missões internacionais e respectivas agendas;

e) acompanhar e manter atualizada toda informação produzida em âmbito internacional; e

f) manter sob guarda os documentos produzidos ou gerados pela Assessoria para Assuntos Internacionais; e

III - a Assistência de Relações Institucionais, à qual compete, especialmente:

a) dar suporte técnico aos trabalhos da Secretaria Executiva de Relações Institucionais; e

b) elaborar o relatório anual das atividades da Secretaria Executiva de Relações Institucionais.” (NR)

Art. 3º O *caput* do art. 59 da Resolução nº 001, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59. Está vinculada à Diretoria Legislativa a Assistência Técnica da Diretoria Legislativa, a qual compete, especialmente:

.....” (NR)

Art. 4º Ficam acrescidos a Subseção III e o art. 61-A na Seção I do Capítulo III do Título III à Resolução nº 001, de 2006, com a seguinte redação:

“TÍTULO III

CAPÍTULO III

Seção I

Subseção III

Da Coordenadoria de Apoio ao Plenário

Art. 61 -A Está vinculada à Coordenadoria de Apoio ao Plenário a Gerência de Sessões Solenes e Especiais, a qual compete, especialmente:

a) agendar, organizar e coordenar a realização de Sessões Solenes e Especiais;

b) elaborar texto e providenciar a confecção de placas de homenagens;

c) prestar orientação e assessoria aos proponentes das Sessões;

d) elaborar os roteiros das Sessões;

e) colaborar com o cerimonial nas providências relativas às Sessões Solenes e Especiais;

f) assessorar a Mesa durante a realização das Sessões; e

g) organizar e acompanhar a execução de Sessões fora do Palácio Barriga Verde.” (NR)

Art. 5º Os Anexos I e II da Resolução nº 001, de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II desta Resolução.

Art. 6º O inciso II do art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20

II - para Coordenador, Assessor, Secretário-Geral, Secretário Executivo de Relações Institucionais, Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Nacionais e do Mercosul, Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Internacionais, Secretário Particular, Chefe da Consultoria Legislativa e Executivo de Gabinete, no valor equivalente a FC-6;

.....” (NR)

Art. 7º Ficam acrescidos ao Anexo II-A da Resolução nº 002, de 2006, um cargo de Secretário Executivo de Relações Institucionais, código PL/DAS, nível 7, um cargo de Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Nacionais e do Mercosul, código PL/DAS, nível 6, um cargo de Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Internacionais, código PL/DAS, nível 6, e dois cargos de Assistente de Relações Institucionais, código PL/DAS, nível 3.

Parágrafo único. É pré-requisito para o provimento dos cargos de Secretário Executivo de Relações Institucionais e de Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Internacionais a fluência em inglês e mais um idioma de língua estrangeira, e, para o do cargo de Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Nacionais e do Mercosul, a fluência em espanhol.

Art. 8º Fica acrescido ao Anexo III-C da Resolução nº 002, de 2006, duas funções de Assistência Técnica - Secretaria Executiva de Relações Institucionais, código PL/FC, nível 3.

Art. 9º Fica alterada a denominação da Função de Confiança - Gerência de Relações Institucionais, código PL/FC, nível 5, constante do Anexo III-A da Resolução nº 002, de 2006, para Função de Confiança - Gerência de Sessões Solenes e Especiais, código PL/FC, nível 5.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

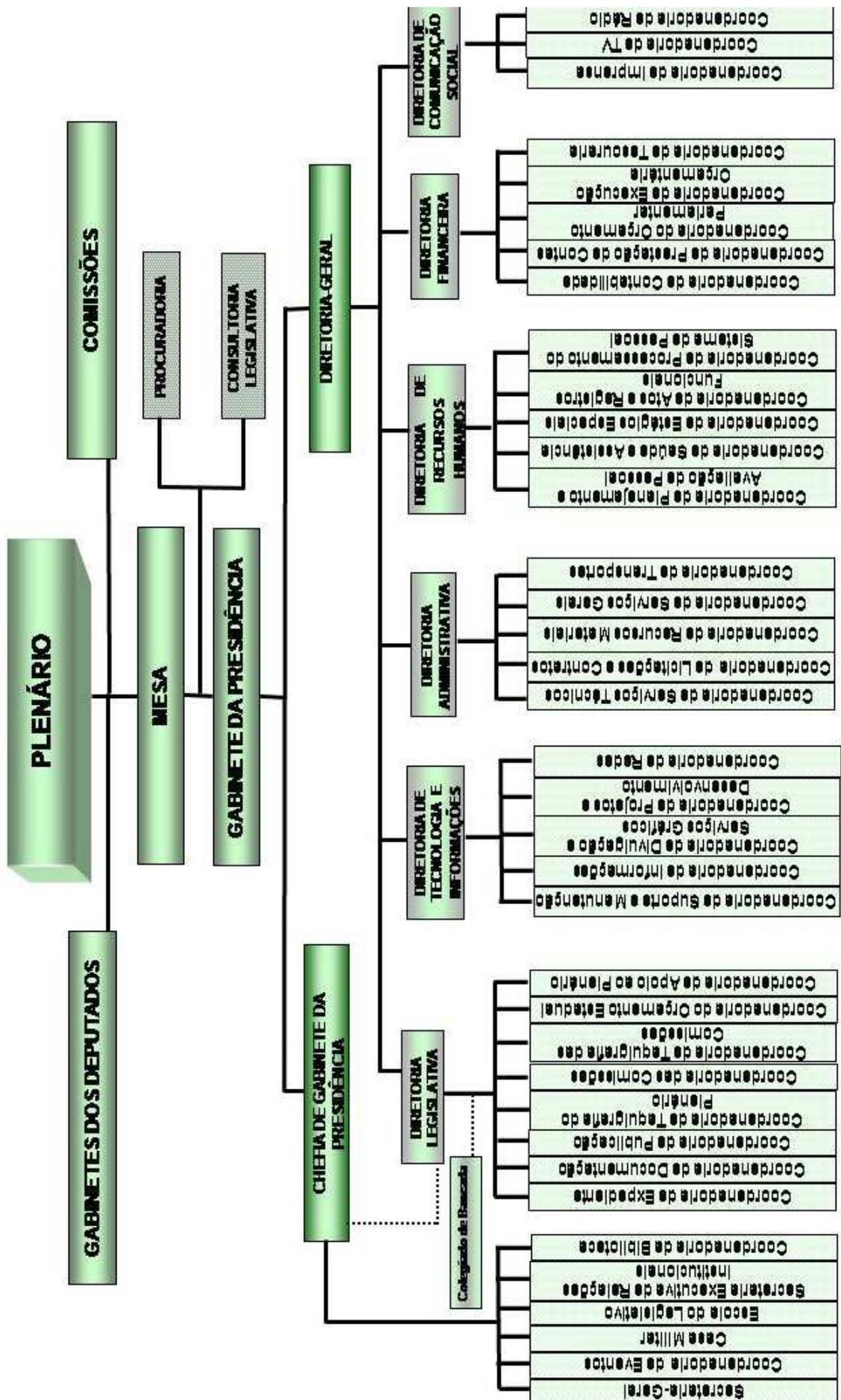
Art. 12. Ficam revogados o inciso VII do art. 12, a alínea “c” do inciso I do art. 14 e o inciso II do art. 57 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de outubro de 2011

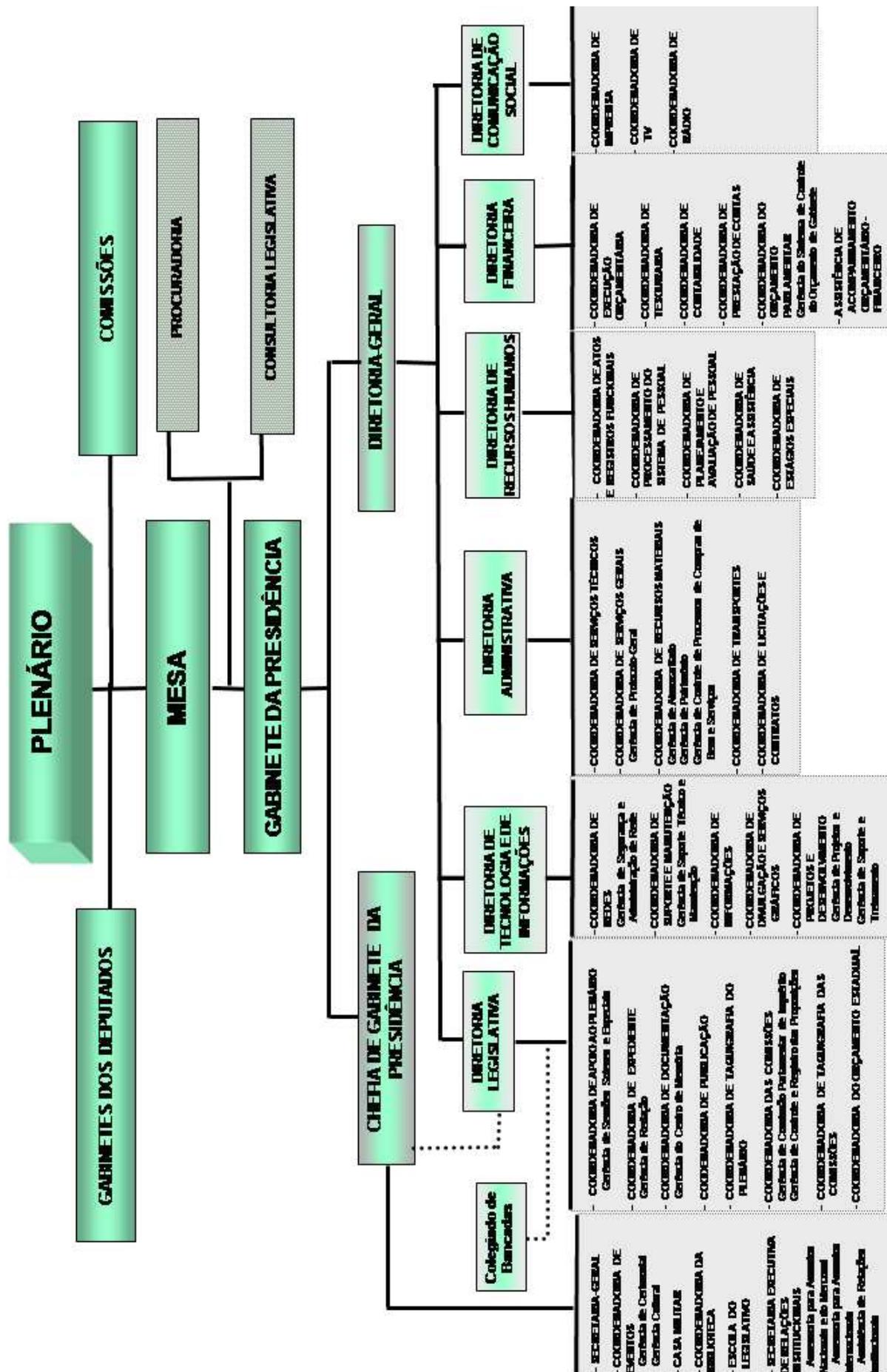
Deputado Gelson Merisio

Presidente

**ANEXO I (Altera o Anexo I da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006)
ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**



ANEXO II (Altera o Anexo II da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006)
ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



*** X X X ***